PROGNÓSTICO — 2
SAFRA 80/81

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 4 Nº 9 SETEMBRO DE 1980

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Avicultura 4

Cacau 8

Café 12

Cana-de-Açúcar 20

Carne 24

Laranja 27

Leite 32

Suinocultura 36

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo . . 40

Preços no Mercado Interno . . 42

Preços Relativos 44

NOTA DA EDIÇÃO

O Grupo de Informação Agrícola publica, neste número de **Agroanalysis**, *o Prognóstico para a safra 1980/81, referente às culturas permanentes (cana-de-açúcar, cacau, café e laranja) e à atividade criatória (leite, bovinocultura, avicultura e suinocultura).*

Desse conjunto de análises, sobressaem alguns pontos que merecem destaque nesta **Nota da Edição**, *porque buscam detectar, com a antecipação indispensável à tomada de decisões, problemas que poderão afetar, num futuro relativamente próximo, a atividade agrícola do país.*

O Prognóstico referente ao açúcar, por exemplo, chama a atenção para o problema da remuneração insuficiente do produtor de cana-de-açúcar e para o aperto no fornecimento de crédito para investimento e custeio, que pode pôr em risco as metas de produção do IAA. O estudo encarece, igualmente, a necessidade de que o plantio de cana-de-açúcar obedeça, daqui por diante, a um zoneamento agrícola, de forma a impedir que a expansão da produção de cana se faça em detrimento das culturas de abastecimento interno.

No texto referente ao cacau, vale a pena ressaltar a revisão, para baixo, da previsão relativa à receita a ser obtida, este ano, com as exportações brasileiras do produto. A essa altura, já se pode prever que esse valor se situará entre 600 e 700 milhões de dólares, sendo

bastante provável que acabe ficando próximo do limite inferior desse intervalo. Esse resultado é grandemente frustrante para o país, sobretudo tendo em vista que, no começo do ano, a estimativa dominante era a de que o Brasil arrecadaria, em 1980, um bilhão de dólares com as exportações de cacau.

Outro resultado preocupante da queda verificada na cotação internacional deste produto é a redução da remuneração do produtor, expressa em cruzeiro de valor constante. Os preços pagos aos produtores estão, atualmente, em termos reais, abaixo dos valores praticados entre 1976 e 1979.

No tocante ao café, a análise do Grupo de Informação Agrícola prevê que, no final do primeiro semestre de 1981, os estoques brasileiros terão atingido o nível mais baixo dos últimos vinte anos. Essa situação permite antecipar uma alta dos preços internos no decorrer daquele período, ocasião em que também o mercado internacional deverá recuperar-se. Até o final deste ano, no entanto, as cotações internacionais tenderão a permanecer estáveis ou levemente declinantes. Sendo assim, aumentos substanciais do preço pago ao produtor nacional só serão possíveis mediante diminuição do confisco cambial. No entanto, como o valor efetivo desse confisco (uma vez deduzidos os descontos concedidos aos importadores) já se acha bastante baixo, é pouco provável que o governo decida reduzí-lo ainda mais. Isso faz prever uma queda na remuneração real dos produtores nos próximos meses, a menos, é claro, que ocorra alguma mudança radical na política cambial de prefixação das desvalorizações do cruzeiro.

O Prognóstico relativo ao mercado de laranja, por sua vez, ressalta a conveniência de, nos próximos anos, procurarem-se mercados

não tradicionais para os produtos cítricos brasileiros, uma vez que deverão entrar em produção, no país, até 1985, mais 31 milhões de pés, com uma produção adicional equivalente a 100 milhões de caixas. Desta forma, a situação da citricultura brasileira poderá tornar-se crítica, se não houver uma expansão da demanda no conjunto de países importadores, tendo em vista que a taxa média anual de expansão da produção até aquele ano deverá ficar em torno de 7%.

A análise relativa ao mercado de carnes (bovina, avícola e suinícola) é dominada pela previsão de que se aproxima o final do ciclo de alta de preços da carne bovina. Prevista apenas para 1981, esta nova fase do ciclo acabou sendo antecipada pela retração da demanda, provocada pela própria alta dos preços. Desta forma, estima-se que os preços pagos aos produtores, este ano, ficarão abaixo, em valor real, da média anual registrada em 1979. A reversão do ciclo de preços da carne bovina, por outro lado, não deixará de afetar negativamente o mercado de carnes avícola e suinícola. No tocante ao setor avícola, essa nova tendência é particularmente preocupante, tendo em vista a alta gradativa verificada nos custos operacionais de produção.

Finalmente, com relação à produção de leite, teme-se que a inflação acabe corroendo inteiramente as vantagens do aumento de preços concedido no primeiro semestre. Corrosão que poderá representar, em novembro próximo, à entrada da safra, uma perda de mais de 30% em relação ao valor real de abril último. É possível, no entanto, que os efeitos negativos dessa queda dos preços, em termos reais, sejam contrabalançados, em parte, por uma baixa ainda mais forte (também em termos reais) do preço da carne bovina. Resultaria, daí, uma redução da relação de preços carne/leite, o que poderia favorecer a produção de leite nos rebanhos com dupla aptidão.

AVICULTURA

Avicultura de Corte

Na década passada, a atividade avícola de corte revelou um franco desenvolvimento, propulsada pelos crescentes preços da carne bovina. No período, a produção nacional de matrizes de corte evoluiu a uma taxa média anual singularmente elevada, 14,5%. Em decorrência, a produção de carne de aves saltou de 217 mil t, em 1979, para 1 milhão de t, no ano passado.

As dificuldades enfrentadas pela pecuária bovina de corte, para o crescimento da produção, abriram um expressivo espaço para a penetração da carne avícola na dieta dos consumidores. A partir de 1978, época em que o mercado de bovinos adentrou a mais recente fase de alta, o segmento avícola de corte passou a revelar o seu grande potencial produtivo. Essa abertura de espaço ao consumo de frangos pode ser explicada a partir do Quadro 1. Os dados evidenciam que o preço relativo carne bovina/carne de frango, em nível de varejo, permaneceu relativamente constante (em torno de 1,3) entre os períodos de alta e de baixa (1973-74 e 1976-77, respectivamente) do mercado de bovinos. Já nos anos seguintes, a inusitada elevação dos preços da carne bovina alterou sobremaneira a estrutura dos preços relativos, levando a população a desviar o seu consumo, favorecendo o produto avícola. Nos anos 1978 e 1979, a taxa média de crescimento da produção de frangos de corte foi particularmente excepcional, de 21,2% ao ano.

Esse fortalecimento do setor avícola nacional levou não só à considerável expansão da oferta de frango no mercado interno, como também à inclusão do produto na pauta das exportações do país. Iniciadas timidamente em 1975, as vendas externas estão estimadas em 120 mil t, em 1980, devendo traduzir uma receita cambial de aproximadamente US$ 140 milhões FOB. Entre os anos referidos, a tonelada de frango exportada valorizou-se em apenas 5%, em termos nominais. Deve-se salientar que as exportações têm contribuído para sustentar a cotação interna do produto, pois vêm, periodicamente, enxugando o mercado, livrando-o de parte de um eventual excedente de produção.

A edição de Agroanalysis, Vol. 4 nº 4, traz algumas considerações a respeito da substituição de carne bovina por outros tipos de carne. A inquietação principal, sedimentada naquele estudo, dizia respeito às dificuldades que o setor avícola poderia enfrentar, num futuro não muito remoto, para a colocação de seu produto, sobretudo a partir da intensificação da queda cíclica dos preços no mercado de carne bovina. Tais dificuldades, entretanto, já começam a surgir no presente ano.

Em termos de produção, a avicultura de corte, no primeiro semestre de 1980, parece ter continuado o ritmo de expansão consolidado nos dois últimos anos. Estima-se que a demanda por rações tenha crescido em 16%, relativamente ao primeiro semestre de 1979. A persistência do crescimento avícola pode também ser comprovada mediante a análise da produção de matrizes que, em 1979, cresceu 20% em relação ao ano anterior.

A existência de um forte estímulo à produção de frangos (pela alta da carne bovina) foi o principal elemento a detonar a expansão do rebanho de matrizes. Os preços reais recebidos pelos produtores de frangos, no estado de São Paulo, valorizaram-se em 7,4% entre o primeiro e o segundo semestres de 1979, fazendo com que o preço médio, ao longo do ano todo, superasse em 6,7% o nível atingido em 1978. Essa maior rentabilidade do segmento de produção levou à intensificação da demanda por pintos de um dia, o que, por sua vez, provocou a ampliação da produção de matrizes. Entre o primeiro e segundo semestres de 1979, houve crescimento de 27,5% dessa produção alcançando-se o nível de 4,9 milhões de aves na segunda metade do ano.

Conforme seria de se esperar, esse aumento substancial do plantel de reprodução, ao longo do ano passado, haveria de ocasionar problemas futuros para os avicultores. Assim foi no primeiro semestre de 1980, quando os preços reais recebidos pelos produtores de frangos de corte sofreram reduções de, respectivamente, 7,7% e 14,1% em relação à primeira e à segunda metade do ano passado. As dificuldades encontradas pelo setor avícola de corte, em 1980, ganham destaque quando se considera a alta gradativa verificada nos custos operacionais de produção. Evidencia-se, assim, que apesar da favorabilidade e da relação de preços carne bovina/frango (ver Quadro 1) no sentido de um incentivo adicional ao consumo do produto avícola, o primeiro semestre do corrente ano pode ser considerado como um período de precários resultados econômicos para os produtores de frangos.

Normalmente, o segundo semestre do ano é caracterizado por uma alta sazonal dos preços reais recebidos pelos avicultores, devido, em boa parte, à ocorrência da entressafra da produção de carne bovina. Mas, face às condições atuais, é bastante provável que o segmento avícola de corte venha a continuar enfrentando dificuldades para a consolidação dos níveis de lucratividade normais no período.

Em primeiro lugar, é possível que a produção de carne de frango continue se desenvolvendo a uma taxa semelhante à do passado recente. Tal suposição decorre da constatação de que a produção de matrizes de corte, a partir do final do ano passado, passou a experimentar um ritmo ainda mais acentuado. Os dados disponíveis permitem concluir que a produção desses animais,no primeiro semestre de 1980, deverá exceder em aproximadamente

QUADRO 1

São Paulo — Preços no Varejo da Carne Bovina e do Frango Limpo (Cr$/kg) e Preços Relativos Carne Bovina/Frango, 1973-1980[1]

ANOS	CARNE BOVINA (a)	FRANGO LIMPO (b)	a/b
1973	8,91	6,76	1,32
1974	10,97	8,41	1,30
1976	16,89	13,22	1,28
1977	22,53	16,95	1,33
1979	76,84	43,63	1,76
1980[1]	117,71	63,38	1,82

1 janeiro a junho
FONTE: IEA.
Obs.: Os anos de 1975 e 1978 não constam do Quadro por serem períodos de transição entre as fases de alta e baixa dos ciclos pecuários.
▒ fase de alta do ciclo de preços do mercado de carne bovina.
□ fase de baixa do ciclo de preços do mercado de carne bovina.

43% o volume produzido em idêntica época de 1979; e representará, por outro lado, uma expansão de 12% em relação ao segundo semestre de 1979. Tais números estariam, assim, evidenciando a possibilidade de um crescimento ainda mais expressivo da produção avícola de corte, nos próximos meses.

No entanto, os dados referentes à expansão do rebanho matricial devem ser encarados com a devida cautela. De um lado, o percentual de crescimento anteriormente referido agrega, além da ampliação efetiva do rebanho, a produção de aves destinada à reposição da fração do plantel normalmente descartada. De outro, deve-se considerar que nem toda a produção de pintos de um dia será destinada ao crescimento e engorda. Além da taxa de mortalidade, as vicissitudes do mercado avícola induzem, por vezes, ao sacrifício desses animais, retirando-os do fluxo normal de produção de carne. Em casos de retração na procura ou de oferta abundante, as empresas incubadoras adotam tal estratégia ou, até mesmo, destinam tais ovos ao mercado e não à incubação.

Em segundo lugar, a lucratividade da avicultura de corte estará subordinada à tendência de comportamento dos preços futuros do mercado de carne bovina. Nesse particular, é certamente nítido que o ano de 1980 representará o ponto de inflexão da trajetória cíclica de alta dos preços do boi gordo. Assim, a média de preços reais que a arroba irá alcançar na entressafra atual será inferior aos valores verificados na temporada passada (ver prognóstico de carnes, neste número de Agroanalysis) o que poderá representar um empecilho a uma maior expansão do consumo do produto avícola. De qualquer forma, ainda permanecerá a atratividade do consumo da carne substituta, pois a relação de preços carne bovina/frango, no mercado varejista, continuará acima dos níveis médios dos anos anteriores a 1979. Esse fenômeno pode vir a ser reforçado pela gradativa erosão do poder de compra dos salários, decorrente das dificuldades enfrentadas pela estratégia atual de controle inflacionário.

Por último, a avicultura de corte encontrará problemas no suprimento interno de rações, particularmente em relação ao milho. Os prognósticos de um aperto generalizado no abastecimento do cereal, decorrente de uma elevação substancial no consumo, permitem antever uma renitente pressão sobre os custos operacionais de produção da atividade avícola.

Estariam, desta forma, traçados os parâmetros principais dos obstáculos que o setor avícola de corte passará a enfrentar no futuro próximo. Na verdade, o impulso tomado pela atividade nos últimos anos implicou a expectativa de continuidade no seu processo de expansão. Proximamente, com a perspectiva de recuperação cíclica da produção de carne bovina, será imprescindível a desaceleração do ritmo atual de crescimento avícola. Tal redução atuará no sentido de ajuste entre a sua oferta e demanda específicas, como também caminhará para o estabelecimento de uma relação estável entre a produção de carnes bovina e avícola.

Avicultura de Postura

Bem menos favorecido que o setor de corte, o segmento avícola de postura tem convivido com problemas advindos não só de sua estrutura de produção pulverizada, como também da permanente vigilância que os preços dos ovos, para o consumidor, sofrem por parte do governo.

Na verdade, o setor avícola de postura não conseguiu, ao longo da década passada, apresentar um desempenho satisfatório, tendo, mesmo, a produção de matrizes decrescido à taxa média anual de 9,5%, de 1970 a 1974. A produção anual de ovos, que, durante estes quatro anos, manteve-se em torno de 438 milhões de dúzias, conseguiu, posteriormente, recuperar-se, atingindo 600 milhões de dúzias,em 1979. Mesmo assim, o consumo ***per capita*** anual do produto continua baixo (cerca de 60 unidades ano passado) quando comparado ao de países mais desenvolvidos (nos EUA, consumiram-se 278 unidades ***per capita*** em 1978).

No decorrer do tempo, a análise dos preços reais recebidos pelos produtores de ovos (Gráfico 1) revela um marcante processo de declínio das cotações, verificado a partir de 1973. Após um período de produção estagnada (1970-74), a relativa estabilidade do preço relativo ovo/ração (Gráfico 2) permitiu uma relativa recuperação dos níveis de produção. No entanto, esse crescimento da produção, enquanto permanecia o espectro da inter-

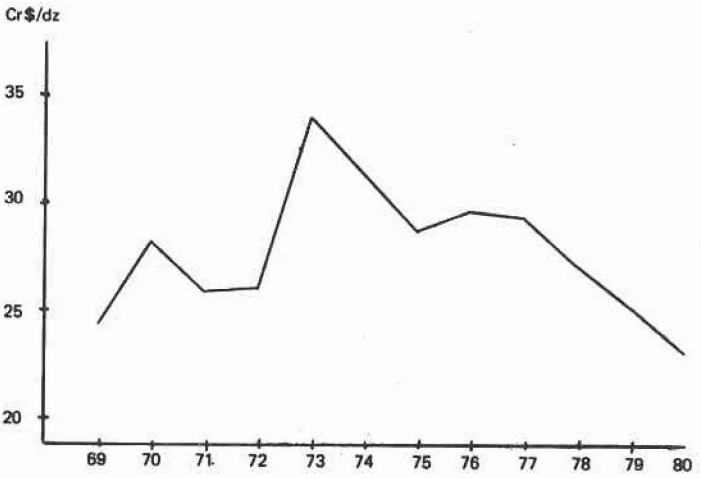
venção governamental (ameaças de tabelamentos, acordos, etc), acabou por trazer sérios percalços ao setor. À produção crescente seguiu-se a queda dos preços, enquanto os custos operacionais refletiam os aumentos dos gastos com o arraçoamento das poedeiras. Essa crise ganhou relevo no ano passado e vem espalhando seus reflexos em 1980.

O preço relativo ovo/ração,no semestre passado, situou-se no limite de baixa, devido ao fato de a alta do preço da ração para poedeira (+31%) não ter sido acompanhada pela elevação do preço dos ovos em nível do produtor (+28,7%). No entanto, o preço do produto, no varejo, aumentou 32,2% no primeiro semestre, ficando evidente que o prejuízo dos avicultores de postura não serviu sequer para estimular um aumento do consumo que possibilitasse a eliminação do excesso de ovos no mercado. De qualquer forma, face à ampliação verificada na capacidade produtiva e, principalmente, devido ao elevado custo de alojamento de cada poedeira (inibindo uma maior desativação das granjas), é possível que a avicultura de postura continue em expansão. Assim, as previsões atuais dão conta de uma produção, em 1980, de cerca de 670 milhões de dúzias, traduzindo um incremento de 11% em relação ao volume produzido no ano passado.

Em termos de resultados financeiros, contudo, as perspectivas não são nada alvissareiras para o setor. As características peculiares à atividade de postura fazem com que os preços do produto enfrentem, sazonalmente, um período de baixa durante o segundo semestre do ano. Nesse período, aumenta a eficiência das poedeiras quando principiam os meses de maiores temperatura e fotoperíodo (primavera e verão) acarretando uma maior colocação de ovos no mercado. Nesse sentido, é possível prever que os avicultores passarão por um período de doloroso ajuste à evolução do mercado, agravado pelas atuais dificuldades de um efetivo controle dos custos de produção. Em síntese, o setor, para elevar sua rentabilidade, estará na dependência de um inusitado crescimento do consumo, nos próximos meses, e da ativação de um sistema de vendas ao mercado externo. Ou, em último caso, estará fadado a reduzir a oferta, mediante o envio ao abate de uma quantidade de poedeiras acima da taxa normal de descarte. Eis aí um paradoxo difícil de entender para um país com uma população carente em termos nutricionais.

GRÁFICO 1

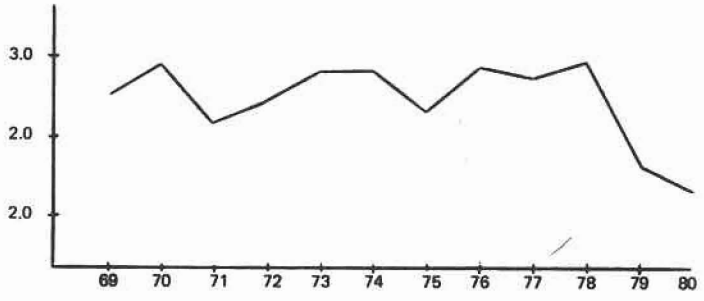
São Paulo – Preços Reais[1] Recebidos pelos Produtores de Ovos – 1969-80[2] (em Cr$/dz)



1 Valores corrigidos pelo IGP, col. 2, julho de 1980
2 Média janeiro/junho de 1980
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (SP)

GRÁFICO 2

São Paulo – Preços Relativos Ovo/Ração – 1969-80[1]



1 Média janeiro/junho de 1980
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (SP)

CACAU

O ano de 1980 não tem sido bom para as exportações brasileiras de cacau. O primeiro semestre apresentou uma queda de receita da ordem de 27% em relação ao mesmo período de 1979, para um volume exportado também inferior ao do ano passado (-11%). Isto significa que, para que se alcance uma receita de US$ 700 milhões, será necessário exportar, no período julho-dezembro deste ano, cerca de 165 mil t, a um preço médio de US$ 2.700 por tonelada, o que parece difícil, já que o comportamento do mercado não tem demonstrado sinais de uma possível recuperação a curto prazo. Além disso, qualquer tentativa de se exportar, em apenas seis meses, volume duas vezes superior ao que se vendeu no primeiro semestre pode levar a um aprofundamento da tendência baixista do mercado internacional, o que significaria perda de receita e maior demora na recuperação das cotações externas.

Assim, os significativos aumentos nas entregas semanais de cacau, por parte dos produtores, que podem ser esperados para o período outubro-dezembro, só deverão afetar os volumes exportados a partir de janeiro de 1981.

A previsão do valor total das exportações brasileiras de cacau e derivados, para este ano, tem sido prejudicada por diversos fatores, dentre os quais a ausência de uma política de exportações do produto. Mesmo assim, pode-se ainda prever que este valor se situará entre 600 e 700 milhões de dólares, não podendo ser excluída totalmente a possibilidade de se chegar a uma cifra inferior aos US$ 600 milhões.

Dependendo, em larga escala, da demanda por amêndoas e produtos de cacau por parte dos países desenvolvidos e com o crescimento desta demanda afetado pela recessão a nível mundial, o produto brasileiro atravessa uma difícil conjuntura de preços internacionais desfavoráveis. Essa conjuntura é agravada pela inexistência de um Acordo Internacional do Cacau, cuja última versão expirou em 31 de março de 1980. Atualmente,estão sendo feitos novos contatos entre países produtores e consumidores, mas o maior empecilho à concretização de um novo Acordo Internacional tem sido justamente o nível de preços mínimos e máximos que regulariam o mercado, com os países consumidores evitando qualquer compromisso em que este piso ultrapasse US$ 1,00/lb-peso. As condições atuais do mercado internacional já tornam mais fácil o estabelecimento de um consenso em torno desta cifra, o que poderá ser favorável aos produtores, desde que a garantia da ampliação do consumo e a não-utilização de sucedâneos sejam cláusulas efetivas e não apenas simbólicas, como já ocorreu.

Mais difícil será obter um acordo entre países produtores quanto a uma estratégia conjunta de vendas ou de sustentação do mercado, principalmente em vista do costumeiro rompimento de compromissos informais por parte de países africanos. Um exemplo recente são as vendas de estoques realizadas pela Costa do Marfim, em cujo programa de estocagem se baseou a radicalização dos países produtores em torno do preço mínimo de US$ 1,20, quando das reuniões de março último,visando renovar o Acordo.

O ano agrícola internacional de 1979/80 (1º de outubro de 1979 a 30 de setembro de 1980) deverá encerrar-se com uma produção total da ordem de 1,534 milhão de t, segundo as últimas estimativas da Organização Internacional do Cacau. Esta produção, se confirmada, será 2,54% maior do que a de 1978/79, ocasionando novo incremento nos estoques mundiais, o que ocorrerá pela terceira vez consecutiva,repetindo a situação do período 1970-1972 e que foi acompanhada por queda nos preços até 1973, quando estes se recuperaram, em função de quebra geral na produção mundial.

As informações iniciais sobre as safras africanas de 1980/81 não indicam, contudo, que possa vir a ocorrer nova quebra de grande magnitude, o que favorece a previsão de um acirramento na concorrência entre países produtores, deprimindo os preços.

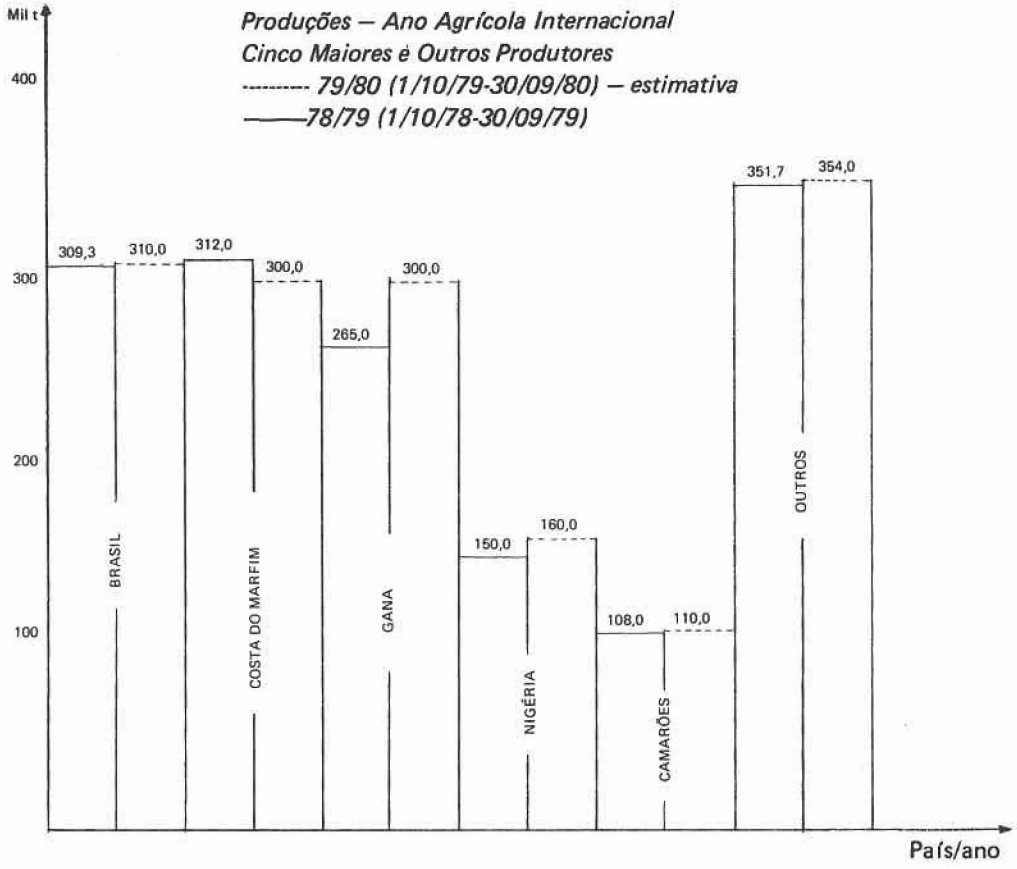
No caso do Brasil, é possível prever que a safra temporã da Bahia deverá encerrar-se em 30 de setembro com uma quebra de 30% a 40%, em relação ao total de 3,2 milhões de sacas de 60 kg de amêndoas obtido em igual período do ano passado. Isto se deve principalmente a desequilíbrios climáticos ocorridos sistematicamente desde dezembro de 1979, agravados pela incidência de podridão parda, até aqui favorecida por baixas temperaturas, que facilitam sua disseminação e por intensas chuvas, que impedem o seu controle em níveis satisfatórios. Ainda assim, desde que tais adversidades não comprometam as estimativas iniciais para a safra principal (outubro/1980-abril/1981) a produção total no ano agrícola de 1980/81, deverá alcançar 300 mil t, o que se situa 10% abaixo do recorde obtido em 1979/80, mas é superior a qualquer outra produção anterior em períodos equivalentes.

Tal estimativa reflete uma participação crescente de novos cacauais e deixa antever sucessivas quebras de recordes em anos futuros, bastando, para isso, a contribuição de boas condições climáticas e de preços ao produtor continuamente satisfatórios, estes últimos bem mais improváveis.

Os Gráficos 1 e 2 mostram, respectivamente, as produções mundiais para os anos agrícolas internacionais de 1978/79 e 1979/80 e as médias móveis trienais das produções, dadas para os cinco maiores produtores e para o conjunto dos outros países. É de se notar, no primeiro caso, a confirmação da previsão de que o Brasil alcançaria o primeiro lugar como produtor mundial e o início da reversão da fase de declínio na produção de Gana. Este país, outrora o maior produtor mundial, não foi capaz de se manter à frente do Brasil e da Costa do Marfim, o que pode ser visualizado no Gráfico 2.

Este último gráfico indica ainda uma aceleração na produção do conjunto de produtores menores, confirmando o estabelecimento, naqueles países, de programas de ampliação da produção, o que

GRÁFICO 1



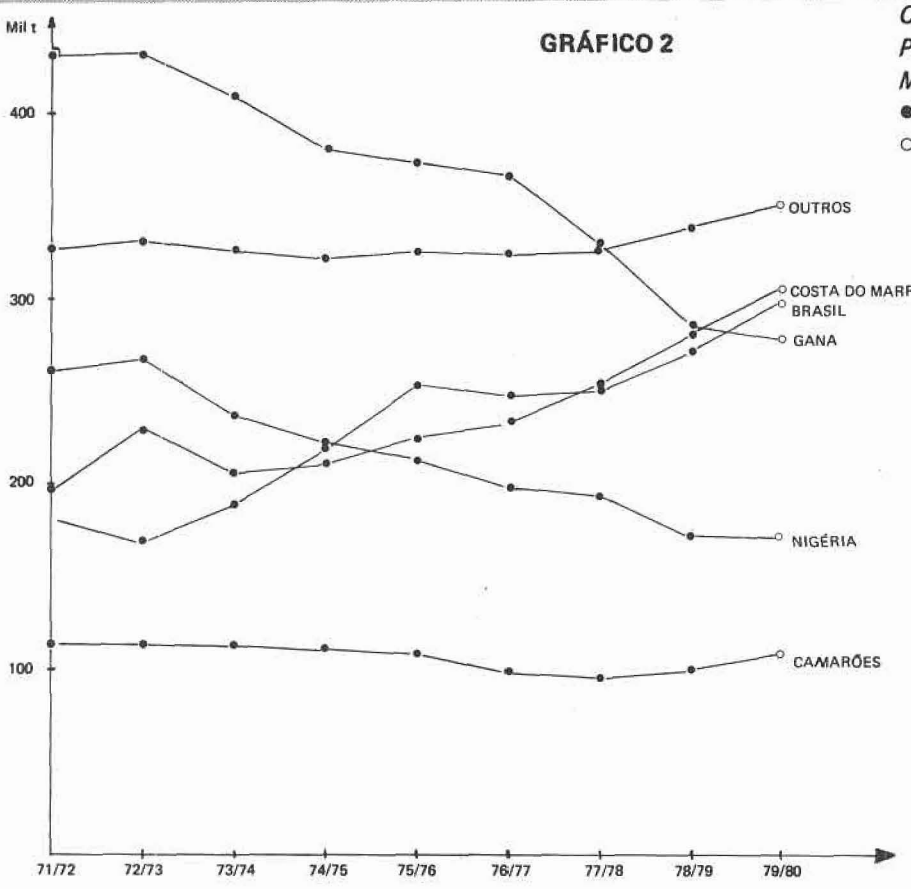


GRÁFICO 2

CACAU
Produção Mundial
Médias Móveis Trienais
● *Real*
○ *Estimado*

leva a crer que, ainda por algum tempo, se mantenham produções mundiais superavitárias com relação ao consumo. A menos, é claro, que haja forte ampliação da demanda mundial, em conseqüência de uma nova redução no preço internacional do cacau em amêndoa ou de seus produtos.

As adversidades conjunturais do mercado são, por outro lado, um incentivo aos produtores e autoridades brasileiras ligadas ao cacau, para que se dirijam com mais ímpeto para o mercado interno, como forma de se anteciparem às fortes taxas de crescimento previstas para a oferta brasileira de amêndoas e de garantirem satisfatória remuneração ao produtor nacional, que hoje se vê às voltas com custos de produção crescentes e preços reais inferiores aos praticados nos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, justamente os de maior incentivo à expansão das áreas da cultura. O Gráfico 3 mostra que o preço pago ao produtor brasileiro vem sofrendo reduções significativas desde o segundo semestre de 1977, estando hoje abaixo do preço médio real obtido no segundo semestre de 1976.

Essa situação é fruto não só da queda do preço do produto no mercado internacional mas, também, dos desencontros da política de exportação, que fixou preços mínimos de US$ 1,37 e US$ 1,20 em períodos em que os mercados consumidores se negavam a pagar estes preços pela matéria-prima, além de ter sobrecarregado o preço do produto com o Imposto de Exportação, num momento em que era fácil prever a queda do preço no mercado internacional. Por tudo isso, os produtores nacionais encontram-se hoje numa posição única na história recente do cacau, pois, apesar da baixa produção, os preços não são atrativos e não apresentam sinais de recuperação a curto prazo.

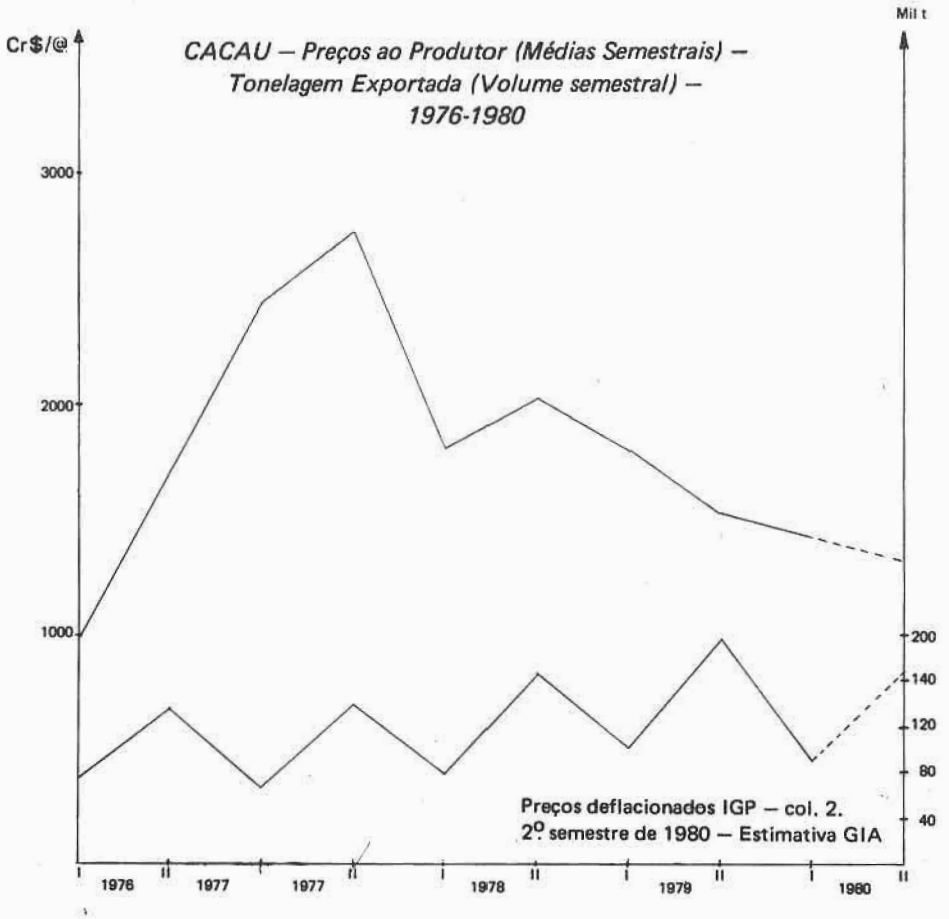
Sendo assim, torna-se necessário dar maior atenção à expansão racional da produção e às medidas estruturais de incentivo ao incremento do consumo interno para a absorção de excedentes. Esse crescimento do consumo, por sua vez, coaduna-se perfeitamente com a política de retirada gradual do subsídio ao consumo do trigo que

exigirá a substituição, pelo menos parcial, na dieta de uma boa parcela da população brasileira, dos derivados do cereal importado, pelos alimentos energético-protéicos oriundos da produção interna. A forma mais rápida e segura de aumentar o consumo indireto de cacau seria através de uma expansão da demanda institucional. A inclusão do leite de soja chocolatado em programas de alimentação infantil e do chocolate em barras na ração diária das Forças Armadas constitui um exemplo de utilização possível desse tipo de política.

Programas institucionais deste tipo terão a função de estabilização e garantia da demanda interna, mas não poderão ser dissociados de outros, destinados à massificação do consumo nas diversas faixas da população, com finalidade de alcançar taxas de crescimento constantes para o consumo. Não se deve desprezar tampouco a promoção externa do produto acabado brasileiro, sobretudo em países do Oriente Médio, cuja participação nas exportações brasileiras é insignificante e com quem temos os maiores déficits em termos de balança comercial.

Vale insistir, mais uma vez, na necessidade de preparação de pessoal especializado em comércio exterior, para suprir as necessidades brasileiras, ainda grandes. Os contatos diretos com os mercados externos, associados à capacitação para a realização de vendas CIF, são de primordial importância para, uma vez conquistados os mercados, mantê-los. Os sistemas de crédito para a aquisição de mercadorias exportáveis e para a manutenção de estoques razoáveis destes produtos também devem ser aprimorados, com vistas a aumentar a flexibilidade e a capacidade de retenção do cacau pelas empresas exportadoras, de modo a facilitar-lhes a superação de crises conjunturais como a que hoje enfrentamos.

GRÁFICO 3



CAFÉ

Após um início de ano pouco animador, quando o Brasil exportou apenas 735 mil sacas de café em janeiro e fevereiro, as vendas externas do produto registraram uma boa ***performance*** ao longo do primeiro semestre de 1980. Durante os dois primeiros meses, as autoridades hesitavam quanto à escolha do principal objetivo que nortearia a política de vendas do café brasileiro em 1980: sustentar as cotações internacionais ou iniciar o duro percurso da reconquista de parcelas perdidas do mercado mundial. A recuperação verificada em março, quando foi superado aquele impasse, deveu-se, em grande medida, à nova sistemática de fixação do preço de venda do café brasileiro, então adotada pelo IBC. Esta nova sistemática, como é sabido, garante que o importador receba, em Avisos de Garantia (títulos a serem descontados nas futuras aquisições) a diferença entre o preço oficial de venda do Brasil e a média das cotações do café de outras origens. Adicionalmente, o IBC se compromete, caso os preços caiam até quarenta dias após o embarque da mercadoria, a devolver a diferença ao comprador, também em Avisos de Garantia. À sombra desses incentivos, o IBC firmou contratos de fornecimento, para 1980, que somam entre 12 e 13 milhões de sacas e os registros de exportação assinalavam, para embarque até julho, vendas de 8,3 milhões de sacas, representando um aumento, em relação ao mesmo período de 1979, de 18%. Assim, o Brasil passou a adotar, após vários anos, uma política de reconquista de mercado sem, no entanto, abrir mão completamente do objetivo de sustentar as cotações internacionais. Os custos dessa missão passariam a ser arcados pelo Grupo de Bogotá, mesmo com algum prejuízo em termos de eficiência.

Os resultados dessa estratégia de vendas, sem dúvida mais agressiva, foram unanimemente aplaudidos, até que os primeiros percalços surgiram. A partir de junho, as cotações iniciaram acentuado processo — quase diário — de declínio, que levou a média da última semana de agosto a situar-se 34% abaixo daquela verificada na primeira semana daquele mês. Tendo em vista a cláusula de garantia de mercado dos contratos assinados pelo IBC, a queda das cotações implica em devolução de parte dos preços pagos pelos importadores.

Este fato vem provocando severas críticas à nova política de vendas do Brasil. No entanto é interessante, neste ponto, frisar o caráter supreendente da tendência baixista ainda hoje vigente, principalmente por sua amplitude. Na verdade, em maio, a expectativa generalizada no mercado era de alta moderada das cotações durante os meses de inverno do Hemisfério Sul. Esta expectativa fundamentava-se, entre outros fatores, na conturbada situação política da América Central, a qual poderia dificultar os embarques dos produtores daquela região. Adicionalmente, generalizava-se a crença de que a colheita da safra brasileira 1980/81 não atingiria os níveis anteriormente esperados. O IBC reavaliou sua estimativa de 21,2 milhões de sacas para 19,5 milhões e, atualmente, poucos acreditam que a colheita supere 18 milhões de sacas.

Além desses fatores francamente altistas, iniciava-se o inverno no Brasil que, pela possibilidade de ocorrência de geadas, normalmente impulsiona para cima as cotações do café. Por outro lado, o único fator importante que, potencialmente, contribuiria para desaquecer os preços, era a perspectiva de redução sazonal do consumo de café nos países do Hemisfério Norte durante os meses de verão.

Assim, generalizavam-se as previsões altistas. A *Gill & Duffus* entre outras corretoras de renome internacional, também previa alta. Em estudo divulgado no início do ano, aquela empresa calculava que a média das cotações do segundo futuro do contrato *C*, em Nova Iorque, situar-se-ia, no segundo trimestre do ano, em US$ 1,53/libra-peso e, no período seguinte, aumentaria para US$ 1,87/lb. O fortalecimento seria devido, entre outros fatores, à redução do excesso de oferta previsto para o período julho/setembro (apenas 1 milhão de

sacas) em relação ao existente no trimestre anterior, avaliado em 3,3 milhões de sacas.

Até mesmo as estimativas do USDA não desmentiam a expectativa existente no mercado. O Departamento de Agricultura dos EUA avalia a produção exportável da safra 1979/80 (setembro/79-outubro/80) em 60,245 milhões de sacas. As importações mundiais durante o ano de 1980 estão estimadas em redor de 61 milhões de sacas. O pequeno déficit calculado deverá ser coberto pelos estoques que, segundo a OIC, atingiram em 1º/1/80 um total de 34,681 milhões de sacas, nível este já bastante reduzido, se comparado aos anteriores à geada de 1975.

Em relação à colheita da safra 1980/81, o mesmo USDA, em sua primeira estimativa, avaliou a produção exportável em 59,722 milhões de sacas, pouco inferior, portanto, à obtida na estação anterior. Estes números apontam claramente para a perspectiva de uma pequena queda nos estoques mundiais de café, no início de 1981, o que atrasará por mais um ano a recuperação das reservas internacionais em níveis aceitáveis de segurança. Além do mais, deve-se notar que a estimativa da produção 1980/81 do USDA, provavelmente se mostrará superdimensionada. Isto porque a produção brasileira, que dificilmente superará 18 milhões de sacas, é calculada pelos norte-americanos entre 21 e 23 milhões.

No entanto, apesar de todos estes fatores favoráveis a uma alta, as cotações caíram. Na verdade, depois de maio, nenhuma modificação ocorreu no mercado que parecesse capaz de alterar significativamente as previsões vigentes. Apenas um fato novo foi registrado: a criação da Pancafé. Tal fato, porém, teve sua importância ampliada, pois a constituição de uma empresa dos países produtores latino-americanos vem sendo apontada, por alguns observadores, como o disparador da atual crise do mercado.

Se, por um lado, o caráter conspiratório da afirmação acima a torna passível de suspeitas, por outro, parece certo que a atual tendência baixista, principalmente por sua amplitude, não é explicável sem se considerar uma possível manipulação especulativa das cotações. No entanto, se esta suposta manipulação logrou os resultados verificados, é importante tentar identificar alguns dos fatores que possibilitaram (embora não causassem) a brutal queda de preços.

O Quadro 1, apresenta os aumentos percentuais dos níveis dos estoques de café nos EUA para os seis primeiros meses de 1980, em relação ao período correspondente, em 1979. Estão ainda listadas as variações percentuais entre as quantidades de café verde processadas nos EUA nos trimestres correspondentes de 1980 e de 1979. Os resultados apresentados nestes Quadros, se não comprovam, ao menos sugerem que os industriais norte-americanos procuram forçar um aumento da estocagem, não motivado pelas necessidades da produção. É claro que este fato pode ser explicado por diversas razões. Por exemplo, os elevados índices da inflação americana podem ter induzido os industriais a aumentarem seus estoques, como forma de se protegerem da desvalorização monetária. No entanto, é também inegável que, sem estoques elevados, não é possível deixar de comprar matéria-prima por muito tempo, o que constitui condição necessária para a prática de manipulações baixistas.

Ainda que não seja possível afirmar que a situação acima descrita constituiu-se em fator condicionante das recentes manobras baixistas, a simples suspeita remete à análise de alguns aspectos da nova estratégia de vendas adotada pelo IBC. O primeiro aspecto a ser considerado, diz respeito à cláusula de garantia de mercado, a qual assegura ao importador o direito de ressarcir-se de eventuais quedas futuras das cotações. Como o valor da devolução é calculado com base nas cotações de café de outras origens, sobre as quais o Brasil, efetivamente, não tem controle, está aberta a porta para manipulações como as de julho. Ao menos em tese, é perfeitamente possível a um grupo de grandes compradores forçar a queda do preço do café de pequenos produtores, a qual arrastará consigo as cotações brasileiras. Na verdade, confiava-se que a Pancafé impedisse esse tipo de manobra. No entanto, talvez fosse interessante, sempre que se julgasse necessário, a determinação de quotas de exportação mensais, variáveis, estabelecidas entre os principais produtores, a fim de reduzir o risco de uma estocagem muito elevada em mãos dos importadores. Isto talvez dificultasse o afas-

QUADRO 1

EUA – Estoques e Torrefação Mensal de Café Verde
1979-80
(mil sacos 60 kg)

	Estoques			Torrefação		
	A 1980	B 1979	Variação Percentual	D 1980	E 1979	Variação Percentual
Janeiro	2.898	2.269	+28	1.606	1.776	-10
Fevereiro	2.762	2.012	+37	1.479	1.618	-9
Março	2.918	2.345	+24	1.212	1.287	-6
Abril	2.677	2.360	+13	1.564	1.627	-4
Maio	2.528	2.219	+14	1.432	1.445	-1
Junho	2.907	2.405	+21	1.027	1.231	-17
Julho	3.373	2.752	+23	1.000	1.036	-3
Agosto		2.575			1.382	
Setembro		2.724			1.337	
Outubro		2.430			1.327	
Novembro		2.401			1.407	
Dezembro		2.521			1.532	

Fonte: Complete Coffee Coverage.

tamento do mercado por parte dos compradores por um período maior, com o objetivo de forçar a queda dos preços.

Diversas outras críticas vêm sendo feitas ao critério de fixação de preços do IBC, e à própria política de promoção das vendas de café. Ouve-se, aqui e ali, a afirmação de que o Brasil "perderá", esse ano, US$ 300 milhões, em decorrência da cláusula de garantia de mercado. Por isso, sugere-se denunciar os contratos já assinados, abandonar o critério de fixação de preços, reduzir a meta de exportação, etc. Essas propostas pressupõem que a queda das cotações internacionais tem origem, exclusivamente, no aumento da oferta brasileira, o que constitui uma análise incompleta, senão equivocada, da conjuntura baixista que atravessamos. Evidentemente, não se trata ainda de abandonar a meta de exportação, mas de aprimorar as regras de fixação do preço final do produto brasileiro, de maneira a minimizar os custos do esforço de reconquista de mercados.

De qualquer forma, a conjuntura baixista torna bastante incômoda a atual posição do Brasil no mercado. Por um lado, o esforço para aumentar as exportações é imperioso, em função do aumento da produção, que deverá ocorrer já a partir da próxima safra (1981/82) quando o país deverá produzir entre 25 e 30 milhões de sacas. Evidentemente, a exportação de uma quantidade condizente com estes níveis de produção não seria conseguida se o IBC se mantivesse na posição residualista dos últimos anos. Por outro lado, os descontos que o Brasil vem sendo obrigado a conceder aproximam-se rapidamente do valor arrecadado pelo IBC como quota de contribuição. Após a reabertura do registro

de vendas, na terceira semana de agosto, o desconto situava-se pouco abaixo de US$ 100/saca enquanto o confisco cambial estava fixado em US$ 115/saca. Isto significa que, na hipótese das cotações caírem mais US$ 15/saca até quarenta dias após os embarques das vendas registradas no final de agosto, todo o valor do confisco será devolvido ao importador.

É, portanto, necessário que as autoridades definam alguma estratégia de vendas, para os próximos meses, que se mostre capaz de conter o aumento dos descontos. Neste sentido, o IBC poderia estudar a possibilidade de estabelecer quotas máximas de exportação entre os principais países produtores, que vigorariam apenas durante os próximos meses. Esta idéia, possivelmente, não encontraria maior resistência entre os latino-americanos, porque o período de comercialização da safra 1979/80 da maioria desses países está-se acabando (final em outubro) e as vendas vêm sendo, de um modo geral, boas. Portanto, o sacrifício requerido não seria demasiado grande. A Colômbia, por exemplo, já havia exportado, até 1º de agosto do corrente ano, 87% de sua meta de vendas para 1979/80.

No entanto, a fixação de quotas de exportação não parece ser, por si só, uma medida capaz de garantir preços mais estáveis nos próximos meses. Tendo em vista os efeitos psicológicos baixistas gerados pela onda especulativa, outros artifícios se farão necessários. Assim, dos acertos e erros das medidas a serem adotadas pelos países produtores e da agilidade com que a Pancafé consiga intervir no mercado, dependerá o comportamento, no futuro próximo, das cotações do café.

Torna-se necessária, portanto, a consciência de que a situação do mercado internacional não está sendo cômoda, do ponto de vista dos países exportadores. No entanto, estas dificuldades não devem ditar, pelo menos a curto prazo, o abandono, por parte do Brasil, do recém iniciado esforço de reconquista de mercado. A queda das cotações internacionais, embora não decorra exclusivamente do aumento da oferta brasileira, pode ser encarada como o custo correspondente ao benefício de um aumento das quantidades exportadas. Vale dizer, ao benefício de não sermos obrigados novamente a carregar estoques elevadíssimos e incolocáveis. Neste sentido, é interessante analisar os resultados da nova estratégia de vendas, em termos do aumento das exportações brasileiras, obtido no primeiro semestre de 1980.

O Quadro 2 apresenta as participações percentuais das vendas externas brasileiras de café e de alguns países selecionados no total das exportações mundiais, no período 1970/79. A perda de mer-

QUADRO 2

Exportações Mundiais — Participação Percentual dos Principais Exportadores 1970/74-1979

	Brasil	Colômbia	Costa do Marfim	Indonésia	México
Média 1970-74	29,2	12,0	6,2	2,9	3,1
1975	25,2	14,0	7,3	3,7	4,0
1976	26,3	10,4	9,1	3,8	4,6
1977	21,3	11,2	8,2	5,6	3,9
1978	22,2	16,0	7,2	6,3	3,4
1979	19,2	17,7	7,3	5,7	4,7

Fonte: Complete Coffee Coverage.

QUADRO 3

Importações Semestrais e Anuais Norte-americanas — Participação Percentual dos Principais Países Exportadores

	1977		1978		1979		1980
	1º Semestre	Total	1º Semestre	Total	1º Semestre	Total	1º Semestre
Brasil	22,3	16,6	14,4	14,9	10,2	9,8	15,5
Colômbia	12,2	13,2	12,3	15,5	21,5	20,1	22,2
México	10,6	9,5	6,7	7,7	12,7	10,1	9,1
Indonésia	5,7	5,8	6,1	6,5	6,4	6,6	7,3

Fontes: IBC, Complete Coffee Coverage.

cado sofrida pelo Brasil, bem como o ganho dos colombianos, é evidente. A média das exportações brasileiras que, em 1970/74, situava-se pouco abaixo de 30%, declina continuamente, até atingir 19,2% em 1979. Por sua vez, as exportações colombianas que, em 1970/74, representavam 12% das vendas internacionais, ano a ano ganharam terreno, até atingirem 17,7%, em 1979. As participações do Brasil e da Colômbia nas importações norte-americanas de café (Quadro 3) apresentam comportamento semelhante ao apontado acima. No entanto, os resultados relativos ao primeiro semestre de 1980, já indicam uma sensível melhora do desempenho do Brasil, cuja participação eleva-se em cerca de 50%, em comparação ao mesmo período de 1979. As exportações trimestrais dos dois países, listadas no Quadro 4, também indicam algum avanço das vendas brasileiras. No primeiro trimestre de 1980, em que pese a pequena quantidade vendida em janeiro e fevereiro, a participação brasileira ainda aumentou levemente, embora o total exportado tenha apresentado decréscimo. Já no segundo trimestre, o aumento das vendas, relativamente ao mesmo período de 1979, é substancial (47,8%). A partir das informações apresentadas nos Quadros 2, 3 e 4, pode-se ainda depreender que a expansão das vendas brasileiras não está sendo conseguida às custas de uma retração colombiana. Ao contrário, o segundo maior exportador mundial de café vem obtendo, ainda, alguma melhora em sua posição, em 1980. Este fato, aliás, já era esperado, tendo em vista a estratégia de vendas tradicionalmente adotada pela Colômbia, a qual objetiva minimizar as oscilações de suas exportações, quase que independentemente do comportamento das cotações internacionais.

Seria ainda interessante tentar avaliar os resultados da nova estratégia de vendas do Brasil, com base na receita cambial obtida até o momento. Esta análise, no entanto, é dificultada por uma série de questões; entre elas, o fato de as estatísticas disponíveis não apresentarem os valores devolvidos aos importadores por força da cláusula de garantia de mercado dos contratos de fornecimento. Esta limitação se faz sentir mais significativamente em relação aos valores auferidos com as vendas dos últimos meses, a partir do mo-

mento em que as cotações começaram a declinar, implicando em devoluções. Não obstante, a simples comparação de receitas cambiais, como apresentado no Quadro 5, indica que foi possível ao Brasil, durante os sete primeiros meses do ano, executar uma política de expansão de vendas, sem que isto acarretasse quedas no valor das exportações.

Parece claro que a política de vendas adotadas pelo Brasil trouxe resultados compensadores, durante o primeiro semestre do ano. No entanto, as condições de mercado, que deverão vigorar nos meses vindouros, em muito dificultarão a tarefa das autoridades brasileiras. Isto porque os efeitos psicológicos, originários da tendência baixista iniciada em junho, ainda se farão sentir por algum tempo, mesmo que aquela tendência seja anulada, em curto prazo. Em outras palavras, o fato de as cotações persistirem em queda durante os últimos meses, a despeito dos fundamentos reais do mercado indicarem uma perspectiva levemente altista e do esforço de alguns países para contê-la, vem demonstrando o poder de manipulação dos preços detido pelos grandes importadores.

Assim, a receita da exportação brasileira de café, no segundo semestre, dependerá, em muito, da capacidade das autoridades em desenvolverem estratégicas de vendas que, sem comprometerem a meta de exportação de 15 milhões de sacas, se mostrem eficientes do ponto de vista da maximização do seu valor. Até julho (Quadro 5) o Brasil já havia assegurado uma receita de US$ 1,7 bilhão, com a venda de 8,3 milhões de sacas. Para embarque em agosto e setembro, já existem registros de aproximadamente 2 milhões de sacas cuja receita cambial ainda não foi divulgada. Assim, para que a meta quantitativa de exportação seja atingida, o país

QUADRO 4

Brasil e Colômbia — Exportações Trimestrais e Participação Percentual nas Vendas Internacionais de Café
1979/80
(mil sacas 60 kg)

	BRASIL					COLÔMBIA				
	1979		1980			1979		1980		
Trimestre	A		B			C		D		
	Quantidade	% do total	Quantidade	% do total	B/A	Quantidade	% do total	Quantidade	% do total	D/C
1º	2.623	16,2	2.341	16,7	(10,3)	3.157	19,5	3.116	22,2	(1,3)
2º	3.215	18,5	4.751	–	47,8	2.486	14,7	3.100	–	24,0
3º	2.751	18,8	–	–	–	2.931	19,3	–	–	–
4º	3.421	23,7	–	–	–	2.657	18,4	–	–	–

Fontes: Federação dos Cafeicultores da Colômbia, IBC, Complete Coffee Coverage.

QUADRO 5

Brasil — Exportações Mensais de Café
1979-1980

	1979			1980			
	Quantidade (1000 sacas de 60 kg)	Valor (US$ milhões)	Valor médio (US$/saca)	Quantidade (1000 sacas de 60 kg)	Valor (US$ milhões)	Valor médio (US$/saca)	Var. Perc. da Quant. Export. 80/79
Janeiro	560	89	158,6	204	36	176,9	-63,7
Fevereiro	775	110	142,3	532	97	182,5	-31,4
Março	1.298	184	142,5	1.606	340	211,7	23,7
Abril	738	108	145,9	1.533	337	219,8	107,8
Maio	1.178	193	163,9	1.607	346	215,3	36,5
Junho	1.299	224	172,2	1.611	302	187,5	24,0
Total 1º semestre	5.848	907	155,4	7.093	1.458	205,6	21,5
Julho	1.200	238	198,6	1.208	225	186,3	0,7
Agosto	837	172	205,0	1.100*			31,4*
Total anual	12.210	2.326	190,5				

Fonte: IBC.
* Provisório.

precisará vender ainda, aproximadamente, 4,7 milhões de sacas, cuja colocação não deverá encontrar maiores dificuldades.

Em relação à meta de receita cambial (US$ 3 bilhões) as esperanças de que seja alcançada são cada vez menores. Para que fosse atingida, seria necessário que as vendas, a partir de agosto (6,7 milhões de sacas) obtivessem um valor médio de US$ 196,6/saca. Isto sem considerar o montante das devoluções devido aos importadores (cláusula de garantia de mercado) relativo aos embarques realizados a partir de maio. Vale assinalar que o total das devoluções, em 1980, é estimado por alguns analistas em US$ 300 milhões. Se as vendas de agosto a dezembro (6,7 milhões de sacas) obtiverem um valor médio igual ao que foi alcançado pelo café brasileiro nas duas últimas semanas de agosto (aproximadamente US$ 170/saca) a receita cambial situar-se-á em US$ 2,8 bilhões, também sem descontar as devoluções aos importadores.

Mesmo abandonando a meta de US$ 3 bilhões, o IBC, naturalmente, procurará, no segundo semestre, meios para que a receita cambial aproxime-se o quanto possível de sua meta original. Será, então, importante distribuir as vendas dos próximos meses, de forma a melhor aproveitar períodos em que as condições de mercado se mostrem mais atrativas. Até o início de novembro, o Brasil será o único produtor em condições de fornecer grandes quantidades de café. Neste mesmo período, os importadores procurarão aumentar, gradualmente, o nível de seus estoques, para enfrentar o aumento sazonal da demanda de inverno. A partir de novembro, entrarão no mercado as safras 1980/81 dos principais países concorrentes latino-americanos.

Estes fatos parecem indicar que, do ponto de vista do Brasil, a linha de ação mais segura seria a de procurar vender quantidades maiores até novembro, de forma a não se ver obrigado, como em 1979, a conceder vantagens adicionais no último bimestre do ano. No entanto, se este aumento da oferta brasileira nos próximos meses não for bem compreendido pelos principais países produtores, corre-se o risco de se provocar novas quedas de preço.

Isto porque a maior agressividade brasileira poderia induzir os demais países a forçarem, desde já, suas vendas para embarque no último bimestre, na crença de que enfrentariam, naqueles meses, maior concorrência brasileira. Procurariam, portanto, vender para entrega futura, forçando uma queda maior dos preços. Neste caso, os importadores poderiam garantir níveis elevados de estoque no final do ano, sem precisarem formá-los desde agora. Assim, um acordo entre o Brasil e os demais países produtores latino-americanos, que estabeleça uma distribuição conjunta das vendas para os próximos meses, parece indispensável, para que os preços se mantenham em níveis elevados.

Por sua vez, a perspectiva de comportamento dos preços internos do café brasileiro é bastante diversa daquela relativa à cotação internacional. Esta perspectiva é delineada pela situação estatística nacional, que indica um quadro de crescente aperto de oferta durante o ano safra 1980/81. A colheita de 1980/81 é estimada, pelo IBC, em 19,5 milhões de sacas. Entretanto, a previsão oficial vem sendo contestada pelos produtores, exportadores e industriais brasileiros, que apresentam números alternativos sempre inferiores a 18 milhões de sacas. Ainda que se considere a estimativa oficial de produção como verdadeira, e a ela se adicionem os remanescentes em 30/6/80 (avaliados em 9,13 milhões de sacas pelo USDA) a perspectiva de escassez interna se mantém, pois a disponibilidade total de café brasileiro para comercialização até 30/6/81 atingirá apenas 28,63 milhões de sacas. Supondo que o Brasil exporte, no segundo semestre de 1980, 7,9 milhões de sacas (quantidade necessária ao cumprimento da meta de exportação) e que consuma internamente 3,5 milhões de sacas, o estoque em 31/12/80 será de 17,23 milhões de sacas. Esta quantidade terá que atender às necessidades do primeiro semestre de 1981. Supondo que o consumo interno e as exportações dos primeiros seis meses do próximo ano sejam de 11 milhões (3,5 milhões para consumo interno e 7,5 milhões para exportação) o estoque em 30/6/81 seria de 6,73 milhões de sacas, nível mais baixo nos últimos vinte anos. Vale destacar, ainda, que uma parcela desta quantidade, avaliada entre 4 e 5 milhões de sacas, refere-se a estoques de propriedade do IBC, cuja entrada no mercado está sendo aprovada, esse ano, apenas para uso interno.

A situação estatística acima descrita é, do ponto de vista dos produtores, sem dúvida, promissora. No entanto, poderá também trazer novas dores de cabeça às autoridades governamentais. Isto porque, no mercado internacional, as cotações deverão permanecer estáveis ou levemente declinantes até o final do ano. Como conseqüência, a diferença entre o confisco cambial e os descontos aos importadores (confisco efetivo) só poderá ser aumentada através de reajustes no valor do confisco, já que os descontos não diminuirão. Por outro lado, aumentos substanciais do preço interno, numa situação de estabilidade no mercado internacional, só são possíveis mediante reduções do confisco. Como o valor do confisco efetivo é reduzido, esta possibilidade pode ser descontada e o IBC terá de barrar a tendência altista interna. Isto poderá ser feito mediante liberação dos estoques oficiais o que, evidentemente, não constituirá medida simpática para os produtores.

O aspecto de maior gravidade da situação acima descrita, evidentemente refere-se à tendência de redução do valor do confisco efetivo por efeito do aumento dos descontos. Se esta tendência se mantiver, poderá até inviabilizar a manutenção de uma meta quantitativa de exportação elevada para o próximo ano. Neste sentido, a sustentação das cotações internacionais em níveis razoáveis deverá constituir, ao lado da continuidade da política de expansão de vendas, objeto de atenção especial por parte das autoridades durante o ano safra 1980/81.

CANA-DE-AÇÚCAR

As elevadas cotações que o açúcar vem alcançando no mercado externo, desde o segundo semestre do ano passado, refletem um quadro de relativa escassez na oferta do produto. Esta situação tem seus fundamentos em alguns fatores que merecem ser observados.

Em primeiro lugar, a fraqueza do mercado, nos últimos anos, não só desestimulou a expansão da produção de açúcar, como viabilizou, nos países produtores de açúcar de cana, a possibilidade de produzir álcool em grande escala como uma alternativa de substituição dos derivados de petróleo. Dentre as iniciativas neste sentido, o Programa do Álcool é o mais notório, uma vez que já se encontra em andamento e uma parte considerável da cana produzida no país vem sendo empregada como matéria-prima para o álcool.

Em segundo lugar, é importante registrar a ocorrência de frustrações de safra em diversos países produtores, quer por condições climáticas adversas, quer pela ação de pragas e incidência de doenças na lavoura. Desta forma, a União Soviética, Cuba, Tailândia, Índia, Peru e México sofreram significativas perdas nas suas produções, agravando a situação de déficit na oferta mundial do açúcar.

Em terceiro lugar, deve-se reconhecer o papel desempenhado pelo Acordo Internacional do Açúcar na recuperação dos preços. Neste sentido, as quotas de exportação fixadas pelo Acordo tiveram uma importante função disciplinadora do mercado durante o período em que vigoraram. Ao lado disto, a adesão dos EUA ao convênio, no final de 1979, veio fortalecer ainda mais a expressão política do Acordo no âmbito internacional.

A combinação destes fatores, associada a uma pequena aceleração do ritmo de crescimento do consumo mundial, provocou a ruptura de um prolongado período de baixas cotações,como indica o Quadro 1. Conforme pode ser observado, em janeiro deste ano, a média de preços internacionais, calculada pela Organização Internacional do Açúcar, apresentou um acréscimo de 114% sobre o obtido no primeiro semestre de 1979. Contudo, a escalada altista prosseguiu, fazendo com que os preços alcançassem no último mês de julho, um nível 3,2 vezes superior ao obtido no mesmo mês do ano anterior.

As estimativas quanto à oferta e demanda do produto em um futuro mais próximo, parecem não trazer alterações muito substanciais no quadro esboçado até aqui. A corretora alemã F.O.Licht prevê uma produção de 85 milhões de t e um consumo de 91 milhões de t,o que deverá provocar uma redução nos estoques finais para 25 milhões de t, ou seja, 27,5% do total consumido. Este resultado é significativo, na medida em que, no ano anterior,

QUADRO 1

AÇÚCAR: Preços Internacionais Segundo a O.I.A. 1974-1980*

Período	US¢/lb-peso
1974	29,66
1975	20,37
1976	11,51
1977	8,10
1978	7,82
Média jan-jun/1979	8,01
jul/1979	8,52
jan/1980	17,16
jul/1980	27,70

* Média aritmética do preço no disponível (contrato nº 11) negociado na Bolsa de Nova Iorque e do preço diário do mercado de açúcar em Londres — convertido em centavos de dólar.

a mesma relação entre estoque e consumo situava-se em 33,9%. Ainda assim,permanece acima do chamado nível crítico dos 24% do consumo, rompido somente em 1974.

A princípio, pode-se afirmar que a tendência do mercado é de que os preços se mantenham,nos próximos meses em níveis equivalentes aos atuais. Isto porque, de um lado, persistem problemas com as safras de grandes produtores, como é o caso de Cuba, que, embora realizando um esforço para substituição da cana atingida pela ferrugem por variedades mais resistentes, deverá ainda sofrer grandes prejuízos nesta safra. Por outro lado, os preços atuais já não são estimulantes para grandes incrementos no consumo. Vale ainda registrar a concorrência que o adoçante obtido através do xarope de milho começa a estabelecer com o açúcar em alguns países, em especial nos Estados Unidos.

Entretanto, o fator que poderá tornar-se decisivo na futura determinação da quantidade ofertada de açúcar, e, em conseqüência, no comportamento dos preços, é a utilização da cana como matéria-prima para o álcool, com finalidade energética. Neste sentido, pode-se afirmar que o Brasil possui hoje a privilegiada posição de poder exercer influência decisiva no mercado, através do programa de produção de álcool. Embora uma grande alta no preço do açúcar possa corresponder aos interesses mais imediatos do país na superação de seus atuais problemas com a balança de pagamentos, existem outros aspectos pertinentes à questão. O primeiro deles é a capacidade interna de absorção da produção de álcool, até aqui ainda limitada, o que significa algum nível de restrição às metas programadas. O segundo, e mais importante, é que ao Brasil interessa manter um preço para o açúcar de cana que seja competitivo em relação ao xarope de milho e ao açúcar de beterraba, o que é possível a cotações inferiores a US$ 800/t.

Assim, na perspectiva de que o mercado mantenha uma tendência de relativa estabilidade, o país deverá receber em divisas, com a venda do açúcar no exterior, um montante substancialmente acima daquele alcançado no ano passado. Considerando-se um preço médio de US$ 550/t e um volume a ser exportado — de acordo com o plano de safra — de 2,1 milhões de t, deverá ser arrecadado um montante aproximado de US$ 1,155 bilhão. Acrescendo-se a este resultado o valor a ser obtido com as exportações de melaço,previstas em torno de US$ 55 milhões, o país poderá receber em divisas algo acima de US$ 1,2 bilhão (FOB), isto é, 190% acima da receita obtida em 1979.

As exportações de álcool, por seu turno, também sofrerão substancial incremento. Isto porque, na medida em que o país não possui ainda uma capacidade de consumo do produto que corresponda a sua atual meta de produção, busca-se aproveitar esta disponibilidade com exportações para os Estados Unidos, Japão e alguns países europeus. Chegando a um preço de até US$ 62/barril, o álcool já poderá figurar, este ano, como um produto de relativa importância em nossa pauta de exportações. Uma previsão cautelosa permite apontar um total de divisas arrecadado com o produto em torno de US$ 100 milhões.

Perspectivas para a safra 1980/81

O Plano da Safra 1980/81, publicado pelo IAA, no início de junho passado, estipula uma meta de produção de açúcar de 7,8 milhões de t, o que representa um acréscimo de 18% sobre a quantidade produzida no ano passado. Deste total, 5,7 milhões de t destinam-se ao mercado interno, restando 2,1 milhões de t para serem exportados. A região Centro-Sul é contemplada com 65% da produção nacional, cabendo a São Paulo produzir praticamente a metade da produção total do país (3,7 milhões de t). A região Norte-Nordeste, com uma participação mais discreta, tem nos estados de Pernambuco e Alagoas (1,2 e 1,0 milhão de t, respectivamente) os seus grandes produtores.

No que diz respeito à produção de álcool, o Plano de Safra fixa um volume de 4,1 bilhões de litros, ou seja, aproximadamene 8% acima da meta estabelecida no ano anterior, mas inferior em 100 milhões de litros ao planejado pelo Proálcool. São Paulo aparece como o grande produtor,com 2,7 bilhões de litros, 65% do total produzido pelo país. Pernambuco e Alagoas, com quotas iguais de aproximadamente 288 milhões de litros aparecem em seguida.

De acordo com as metas de produção fixadas para o açúcar e o álcool, é possível prever um volume total de cana cortada em torno de 145 milhões de t, o que representa uma elevação aproximada de 4% sobre o resultado obtido na safra anterior, com 90 milhões de t de cana voltadas para a produ-

ção de açúcar e 55 milhões de t de cana destinadas à produção de álcool. A expansão da área em alguns estados da região Centro-Sul deverá ser significativa. Este fato pode ser atribuído,principalmente,ao surgimento de novas áreas de cana destinadas precipuamente à produção de álcool. Somente em São Paulo, estima-se que o crescimento da área de plantio seja em torno de 10%. O mesmo não pode ser dito em relação à área de cana da região Norte-Nordeste. Isto porque os tradicionais estados produtores — Alagoas e Pernambuco — já apresentam uma certa saturação na sua capacidade de expansão de terras aptas para a cultura. Devido a esse fato, torna-se necessária a introdução da lavoura canavieira em novas regiões, que possuam condições edáficas e climáticas favoráveis à cultura, a fim de viabilizar as metas do Proálcool. Nesse sentido, os estados do Maranhão e Mato Grosso do Sul preenchem as condições exigidas.

O rendimento agrícola na região Centro-Sul também deverá apresentar resultados satisfatórios, diante de condições climáticas favoráveis, sem ocorrência de geadas, que prevalecem até o momento. No tocante a doenças e pragas, não se registrou qualquer incidência que ameace o desempenho da safra. Em relação ao rendimento industrial da região, não é esperada qualquer alteração mais significativa sobre os índices obtidos nos últimos anos (média de 90 kg/t).

Na região Norte-Nordeste, o nível do rendimento agrícola será idêntico ao dos anos anteriores, ou seja, a uma média aproximada de 45 t/ha. Em algumas áreas produtoras de Pernambuco (Zona Norte do estado) em face da prolongada estiagem, deverá ocorrer redução da produção. A lavoura canavieira de Alagoas, contudo, não foi atingida pela seca, na mesma intensidade. Em certa medida, a estiagem inibiu o desenvolvimento da cigarrinha, praga que anualmente causa grandes prejuízos à cultura. Desta forma, caso ocorram chuvas moderadas na região, entre os meses de setembro e outubro, quando se inicia o corte, a safra nordestina atingirá as metas fixadas pelo IAA. Quanto ao rendimento industrial, não deverá ocorrer qualquer alteração marcante em relação aos resultados obtidos no ano passado. O sistema de pagamento pelo teor de sacarose, que deveria servir como estímulo importante à elevação dos níveis de rendimento industrial, não encontrou ainda condições para sua implementação.

Diante desse quadro, resta examinar a situação econômico-financeira dos produtores de cana e de açúcar,para que se possa prever com maior segurança o desempenho da safra. Para isto, é necessário verificar o nível dos preços pagos aos produtores,em confronto com os custos de produção, bem como a disponibilidade do crédito para o setor.

Uma conjuntura de forte pressão inflacionária, como a que o país atravessa no momento, provoca o acirramento da disputa por melhores preços para seus respectivos produtos entre os diversos setores da economia, cada um buscando,assim,antecipar-se à elevação dos custos. Na medida em que cabe ao governo a maior iniciativa no controle dos preços, os setores tutelados tendem a ser mais penalizados. O complexo agroindustrial do açúcar se insere na parte mais desprivilegiada desse contexto. Isto porque, tendo sua estrutura de produção e preços administrada institucionalmente, depende exclusivamente do governo para fixação dos níveis de remuneração.

Embora a crise da agroindústria açucareira tenha características cíclicas, tudo leva a crer que, no quadro crítico atual, sua situação pode alcançar níveis mais elevados de deterioração. Os preços para a cana, o açúcar e o álcool, estipulados pelo governo em meados de maio, representaram um esforço no sentido de corrigir distorções crônicas que prevalecem no setor. Apesar dessa tentativa, os problemas da agroindústria açucareira são de tal modo complexos que, na ausência de uma mudança estrutural no setor, a tendência natural é de agravamento.

Assim, os estados da região Centro-Sul tiveram os reajustes para a cana e o açúcar fixados em percentuais sensivelmente abaixo daqueles estabelecidos para a região Norte-Nordeste, aumentando ainda mais a diferença de preços para cada região. Embora o estímulo via preços para a região Norte-Nordeste seja inteiramente justificável, torna-se questionável que se realize em detrimento dos estados da região Centro-Sul, justamente aqueles que hoje alcançam os melhores índices de produtividade.

Por outro lado, também os reajustes concedidos à região Norte-Nordeste não atenderam às aspirações dos setores produtores de cana e de

açúcar da região. Conforme estudo da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, a posição do custo da tonelada de cana na esteira, em abril deste ano, era de Cr$ 1.318,98, o que representava uma diferença de 31,4% acima do preço determinado pelo governo. Quando a safra 1980/81 tiver início na região, em setembro próximo, o preço fixado pelo IAA estará ainda mais defasado em relação aos custos de produção atualizados, agravando a situação econômica do setor e colocando em risco as próprias metas de produção do IAA. O setor industrial, por sua vez, defronta-se da mesma forma com a elevação de seus custos de produção, que não podem ser compensados, pela impossibilidade de usufruir integralmente dos bons resultados alcançados com a venda de açúcar no mercado externo.

Vale ressaltar ainda a situação de aperto em relação ao fornecimento de crédito para investimento e custeio. Ainda que o crédito seja liberado em um prazo adequado, o setor da agroindústria açucareira se ressentirá da limitação do montante oferecido (o volume de crédito cresceu apenas 45%) em face aos custos de produção crescentes, tanto na área agrícola, como na industrial.

Com um total de 298 projetos enquadrados pela Comissão Executiva Nacional do Álcool até 11/08/80, significando uma capacidade de produção adicional de 5,818 bilhões de litros por ano, o Programa Nacional do Álcool caminha para ter sua meta de produção de 10,7 bilhões de litros em 1985 viabilizada. Entretanto, é oportuno destacar que o Programa, a partir do presente momento, passa a enfrentar seus maiores desafios. Inicialmente, avulta o fato de que a capacidade de expansão da produção de álcool, através de destilarias anexas, encontra-se praticamente esgotada. Assim sendo, o maior esforço deverá dirigir-se no sentido da instalação de destilarias autônomas, o que requer de igual maneira a expansão de novas áreas para plantio da cana-de-açúcar. Um balanço dos projetos recém-aprovados para implantação de destilarias já demonstra um grande crescimento na participação das destilarias autônomas, com 45% do total de projetos aprovados, representando 53% do volume total de produção. Diante deste fato, torna-se necessário um claro posicionamento do governo no sentido da fixação de planos de zoneamento agrícola,em cada região do país, com o objetivo de impedir que a cana-de-açúcar ocupe áreas tradicionais de plantio de culturas voltadas para o abastecimento interno. Além disso, torna-se necessário um esforço especial no sentido de aumentar a produtividade da cana-de-açúcar, com vistas a diminuir o ritmo de demanda de terras para seu plantio.

A segunda preocupação deverá voltar-se para a formação de um sólido mercado consumidor de álcool combustível. A resolução que fixa o preço do produto nos postos de abastecimento a um limite máximo de 35% abaixo do preço da gasolina pode ser considerada um passo importante para a consolidação deste mercado. Paralelamente, torna-se necessário expandir a rede de postos de distribuição do álcool em todo o país. Além disso, a indústria automobilística deve acompanhar o desenvolvimento da produção de álcool, ofertando veículos em número suficiente para absorver o volume produzido.

Embora o Proálcool, em função da crise energética, seja considerado prioritário, a produção de álcool vem sofrendo os mesmos problemas de ordem econômico-financeira já mencionados para o açúcar. Desta forma, para a viabilização dos objetivos traçados pelo Programa, a ênfase dada ao aspecto industrial dos projetos necessita ter uma correspondência no aspecto agrícola. Por outro lado, os preços pagos ao produtor de álcool mostram-se pouco compensadores, uma vez que a despesa com os insumos empregados vem sofrendo grandes aumentos. Além disso, os financiamentos tiveram seus juros elevados, tornando o Programa menos atrativo para projetos de menor eficiência. Acrescente-se ainda que a incidência do Imposto de Operações Financeiras (IOF) sobre os financiamentos industriais vem contribuindo para a descapitalização do setor. Ao lado dessas dificuldades, é oportuno ressaltar que houve uma simplificação das exigências administrativas para aprovação de projetos de destilaria, embora persistam determinadas dificuldades na contratação de agentes financeiros.

Dentro dessa ótica, é possível prever que o Proálcool poderá cumprir satisfatoriamente a meta fixada para este ano, muito embora isto represente uma contribuição mínima para aliviar a dependência do país em relação ao petróleo importado.

CARNE

O abate de matrizes acima da taxa normal de reposição de ventres férteis no rebanho resulta numa subtração de nascimentos que reduz a oferta futura de bovinos terminados. Tendo em vista o tempo necessário para formar o bovino adulto que é de três a quatro anos e, como o abate de matrizes no Brasil, no período 1976/78, foi muito elevado, a participação da categoria boi gordo, no rebanho, continuará sendo, este ano, menor do que em 1979. Mas, com o recuo dessa taxa desde então, maiores contingentes de reses estarão aptos ao abate,a partir de 1981, ocasião em que a carne bovina deverá entrar em sua fase descendente de preços.

Sendo assim, a média real das cotações, em 1980, ainda deveria ser superior à do ano anterior. Esse novo recorde, contudo, dificilmente ocorrerá, devido à retração da demanda verificada a partir de 1979, em resposta aos níveis de preços alcançados pela carne bovina. Registre-se, também, que o aumento da oferta de frangos (produto de menor preço unitário) ocorrido paralelamente à alta do mercado bovino, possibilitou a redução do consumo de carne bovina sem prejudicar substancialmente o nível alimentar da população.

Uma previsão razoável é a de que, nesta entressafra, as cotações do boi gordo atingirão a casa dos Cr$ 1.800,00/arroba, no final do ano. Mas, mesmo que se configurem as previsões do setor pecuarista, de que os preços alcançarão Cr$ 2.000,00/arroba, ainda assim ficarão abaixo, em valor real, da média anual registrada em 1979.

A análise do comportamento semestral dos preços do boi gordo no ramo ascendente do ciclo pecuário, de 1977 a 1979 (ver Quadro 1), evidência que a queda dos preços reais da arroba, de boi gordo entre os meses extremos (janeiro e junho) de cada primeiro semestre (período de safra) foi progressivamente menor no período, enquanto a média anual crescia. Assim, para uma queda de 10,6% entre janeiro e junho de 1977, houve praticamente uma estabilidade de preços em 1979 quando, em plena safra, a perda foi de apenas 3,7% no mesmo interregno. No primeiro semestre deste ano, porém, houve uma virada no comportamento dos preços, registrando-se uma perda de 21,4% no valor real entre janeiro e junho. Por outro lado, as cotações reais entre os meses extremos do segundo semestre oscilaram sempre para cima, embora em percentuais decrescentes nos últimos três anos. Na primeira entressafra desta fase do ciclo, a variação real entre julho e dezembro foi de 35,3% (1977) caindo para 15,4% em 1979. A queda significativa ocorrida no primeiro semestre de 1980 e a pequena probabilidade de que ocorra uma alta real importante no 2º semestre, corroboram a tese de que a média anual das cotações reais de 1980 ficará abaixo da verificada em 1979, invertendo assim a tendência altista de preços registrada desde 1977. Na reação do consumidor aos preços proibitivos alcançados pela carne bovina, pode ser detectada a principal causa para essa virada no mercado. A retração da demanda começou a configurar-se em meados de 1979, conforme depoimentos de representantes da classe retalhista nos principais centros urbanos do país. A esta altura a avicultura já participava no mercado de carnes com um volume equivalente à metade da carne bovina ofertada.

A presença de um produto de origem animal em condições de competir com a carne bovina constitui o fato novo no mercado. Assim, o nível de oferta de carne de frangos, nos próximos anos, que coincidirá com o ramo descendente do ciclo pecuário, deverá atuar como um fator adicional de depressão dos preços da carne bovina. Isto porque, a última fase de preços baixos (1975/76) desencadeou, mesmo sem a existência de uma carne alternativa no mercado, um processo violento de abate de matrizes. Esse processo poderá, pois, repetir-se de forma mais alarmante no princípio da década de 80.

QUADRO 1

SÃO PAULO: Comportamento do Preço da Arroba do Boi Gordo por Semestre no Ramo Ascendente do Ciclo Pecuário

		JAN	JUN	VARIAÇÃO REAL	JUL	DEZ	VARIAÇÃO REAL
1977	(nominal)	160,70	169,60		179,80	269,90	
	(real)	817,00	730,00	-10,6	758,00	1.025,00	35,3
1978	(nominal)	267,30	290,40		360,80	516,20	
	(real)	990,00	911,00	-8,0	1.100,00	1.393,00	26,6
1979	(nominal)	528,80	614,40		670,70	1.051,20	
	(real)	1.377,00	1.326,00	-3,7	1.387,00	1.601,00	15,4
1980	(nominal)	1.091,40	1.134,80		1.360,00*		
	(real)	1.564,00	1.230,00	-21,4	1.360,00		

Valores inflacionados pelo IGP (col. 2 de Conjuntura Econômica) para julho/1980
* estimativa
Fonte: I.E.A.

O preço relativo boi/frango, que foi de 2,3 em 1979, manteve-se neste nível durante o primeiro semestre de 1980, contra 1,37 em 1976, ano de preços baixos da carne bovina. Atualmente, a posição relativa da avicultura, em termos de competição no mercado, é bastante favorável, ainda que o rendimento de um quilo de frango não seja igual ao de um quilo de carne bovina. Além disso, dispõe a seu favor de uma estrutura de produção menos influenciável por fatores externos (a dependência maior é do mercado de grãos) enquanto que a oferta de carne bovina depende de uma estrutura mais complexa de produção, passando por diferentes estágios ou categorias (bezerro, boi magro, boi gordo, frigorífico) até chegar ao consumidor final. Em relação à eficiência da tecnologia empregada, a avicultura também leva vantagem sobre a bovinocultura, uma vez que se encontra em estágio comparável ao dos países mais avançados, o que não acontece com a bovinocultura, caracterizada por um baixo desempenho técnico do rebanho.

O comportamento baixista do mercado de reposição das categorias jovens (bezerros e bois magros) a partir de meados do ano passado, constitui outra forte indicação do esfriamento dos preços da pecuária de corte (ver Gráfico 1). No período 1977/79, os preços das categorias jovens se caracterizaram por uma alta constante, apresentando sempre um ágio sobre as cotações do boi gordo. No entanto, entre julho de 1979 e janeiro de 1980, o preço relativo bezerro/boi gordo experimentou redução, caindo de 6,21 para 5,75. A redução do abate de matrizes resulta em uma oferta crescente de crias, cuja participação no rebanho passa a ser em proporção maior do que a categoria de animais adultos. É possível, pois, que na fase de desaceleração dos preços do mercado bovino em geral, os preços das categorias jovens passem a cair em relação ao preço do boi gordo, o que contribuiria certamente para o desaquecimento do mercado do produto final.

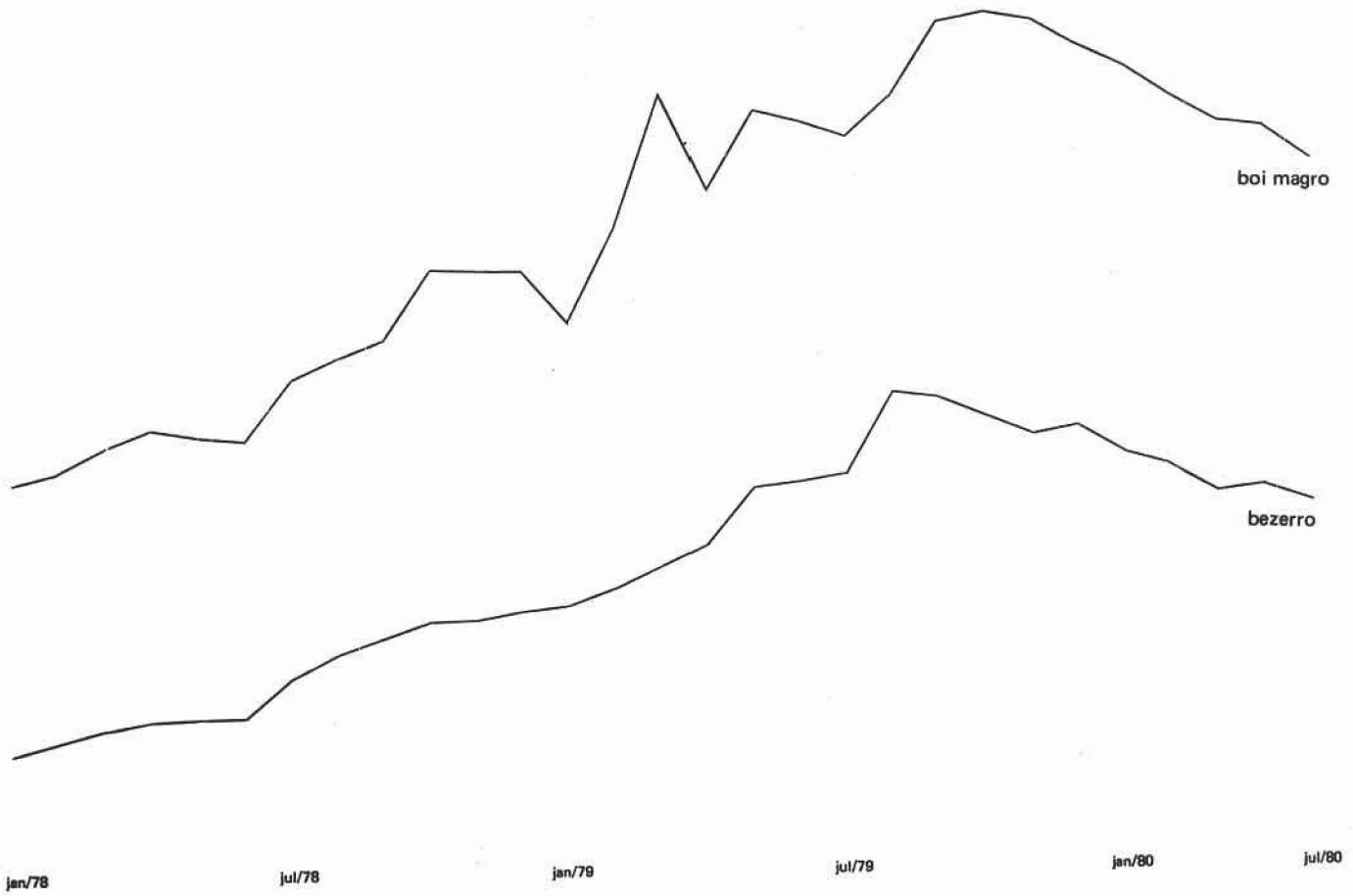
Nesta entressafra, o governo lançou mão de um acordo com os frigoríficos,visando a contar com um volume de carne bovina que permitisse isolar o preço do produto final da influência das elevações que ora se verificam no mercado do

boi gordo. Esse acordo, no entanto, não é generalizado para todo o país, vigorando apenas em algumas capitais. Os preços da carne adquirida pelos frigoríficos, no primeiro semestre, oscilaram numa faixa entre Cr$ 1.050,00 e Cr$ 1.150,00/arroba. Com a entrada da entressafra, os preços tiveram alta nominal imediata e já se aproximam de Cr$ 1.500,00/arroba. É essa diferença que o governo tenta evitar que seja transferida ao consumidor final, aliviando a sua influência nos índices da inflação.

Na falta de dados de produção da carne bovina relativos ao primeiro semestre de 1980, é necessário recorrer aos desempenhos dos anos anteriores para se fazer uma prospecção do mercado no segundo semestre. De acordo com o SIPA, a produção de carne congelada, em 1978 e em 1979, foi de 335 mil t e 321 mil t, respectivamente. Para 1980, levando-se em conta uma retração do consumo, a produção poderia alcançar 300 mil t, mesmo que o nível de abates tenha sido inferior. Ainda assim, nem todo esse volume poderia ser movimentado dentro do acordo de preços, uma vez que os frigoríficos têm interesse em transacionar uma parcela da carne congelada a preços de mercado. Em anos anteriores, quando se abatiam mais vacas, era mais fácil tal tipo de acordo, devido ao menor preço da categoria em relação ao do boi gordo (ver Agroanalysis nº 7 vol. 4) fato que não ocorre agora. Desse modo, é provável que apenas uma pequena parte da população se beneficie de preços mais baixos na aquisição de carne bovina, durante este segundo semestre.

GRÁFICO 1

São Paulo: Comportamento dos Preços Reais de Bezerro e Boi Magro — Preços Pagos pelos Produtores



LARANJA

A citricultura brasileira apresentou-se, dentro dos setores agrícola e agroindustrial, como um dos segmentos mais dinâmicos, durante a última década. As exportações de suco passaram de US$ 14 milhões (FOB) em 1970 para US$ 300 milhões (FOB) em 1979 (ver Gráfico 1). As principais indústrias — Cutrale, Citrossuco, Cargill e Frutesp — duplicaram sua capacidade de moagem e, nos últimos três anos, quatro novas empresas se instalaram na área industrial.

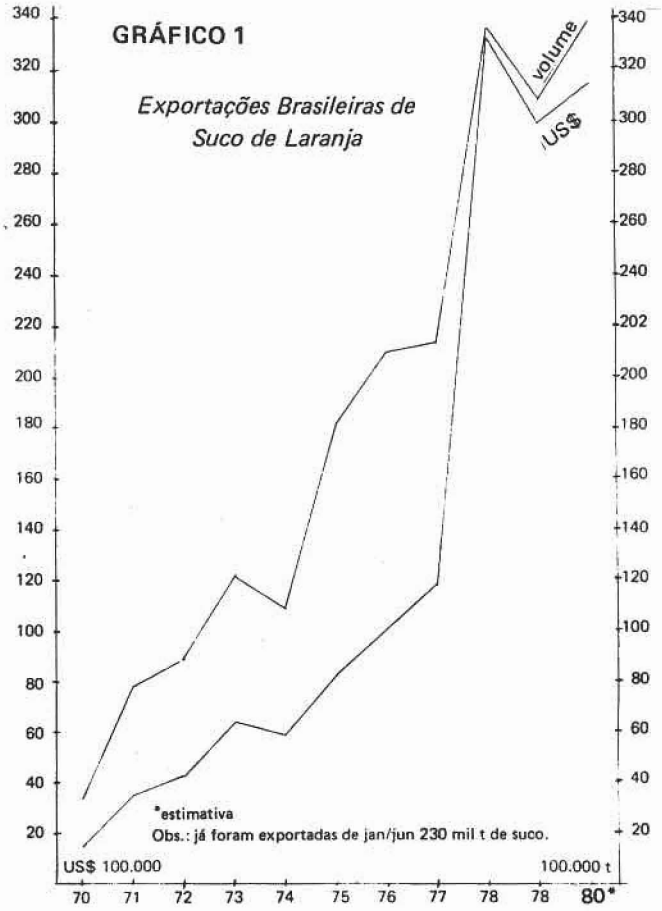
Contudo, à exceção de São Paulo, de cuja produção 80% se destinam ao processamento industrial, a produção brasileira é majoritariamente dirigida ao consumo interno *in natura*, sendo desviada apenas uma pequena parte para a exportação nesta condição. Os principais estados produtores aparecem no Quadro 1, onde estão apresentadas, também, as taxas de crescimento da cultura na última década. Como se pode constatar, São Paulo, além de ser o único fornecedor da indústria, é responsável por cerca de 75% da produção nacional de laranjas. Neste estado, a expansão da citricultura deu-se de forma acelerada, devido, principalmente, à demanda crescente do parque industrial de suco e à alta rentabilidade da cultura.

No entanto, como 80% da produção paulista são destinados à fabricação de suco e o consumo interno desse produto não chega a 10% do total produzido, o setor tornou-se quase totalmente dependente do mercado mundial. Esta dependência atinge tanto o produtor agrícola quanto o setor industrial-exportador, na medida em que condições adversas de mercado externo serão transferidas ao setor industrial e se refletirão, inevitavelmente, no setor agrícola, com a queda na remuneração real recebida pelo produtor de laranja. Esta remuneração tem sido o principal ponto de atrito entre produtores e industriais, sendo necessária, quase todos os anos, a intervenção do governo para forçar a determinação do preço de referência. Este tipo de conflito, aliás, tem estado presente não só no Brasil, acontecendo também em outros importantes países produtores de laranjas como, por exemplo, Israel e México, onde afetou de maneira decisiva o desenvolvimento da citricultura. No Brasil, a inexistência de um consenso entre produtores e industriais resulta, a cada ano, em nova discussão que, na maioria das vezes, afeta de forma considerável a classe produtora, tendo em vista a perda de parte da produção das laranjas precoces pelo retardamento da colheita.

O mercado internacional de suco concentrado, que apresenta condições desfavoráveis desde meados de 1979, com queda moderada nas cota-

GRÁFICO 1

Exportações Brasileiras de Suco de Laranja



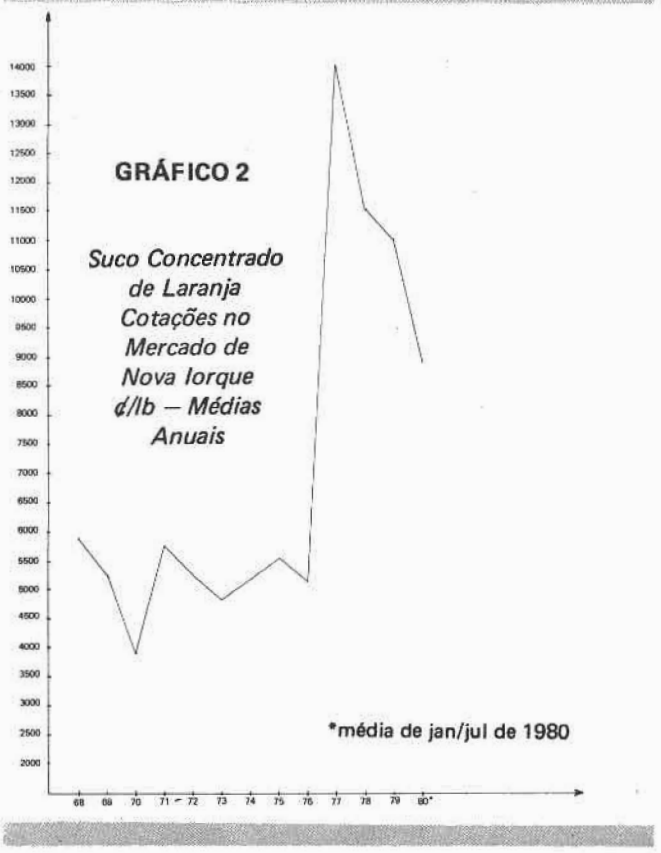
Agroanalysis, 4(9): 4-39, setembro/1980

QUADRO 1

BRASIL — Produção de Laranja In Natura e Variação Anual nas Principais Produções Estaduais 1970/1980 (1000 caixas) (1)

Anos	São Paulo	Var. %	R. de Janeiro	Var.%	Sergipe	Var.%	R.G. do Sul	Var.%	Minas Gerais	Var.%	Outros	Var.%	Brasil	Var.%
1970	27.662	—	9.558	—	996	—	4.616	—	6.839	—	12.312	—	61.988	—
1971	31.517	14,0	8.220	-14,0	1.079	8,0	4.684	1,5	7.014	2,6	12.621	2,5	65.136	5,0
1972	40.060	27,0	8.973	9,0	1.187	10,0	4.480	4,5	7.058	0,6	14.025	11,0	75.784	16,0
1973	65.221	65,0	5.760	-36,0	854	-28,0	4.604	2,8	10.184	44,0	13.960	-4,6	98.584	30,0
1974	77.000	18,0	12.110	110,0	2.157	153,0	4.916	6,8	9.776	-4,0	18.684	34,0	124.644	26,3
1975	84.700	10,0	10.772	-11,0	2.247	4,0	6.388	30,0	6.045	-38,0	16.515	-11,6	126.668	1,6
1976	102.000	20,0	10.770	-0,2	2.974	32,0	6.636	3,9	6.221	3,0	18.078	9,5	146.680	1,6
1977	100.400	-2,0	10.650	-1,0	3.758	26,0	6.862	3,4	6.594	6,0	15.022	-16,9	143.287	2,3
1978	113.860	13,0	8.166	23,0	6.556	74,0	7.228	5,3	6.469	-1,9	21.525	43,0	163.805	14,0
1979	151.000	32,0	10.502	28,0	6.633	2,0	7.400	2,4	7.053	9,0	14.534	-32,0	197.631	2,0
1980*	170.000	12,5	11.259	7,0	8.809	32,0	7.430	0,4	7.053	—	11.500	-20,0	216.000	10,0

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE
* Estimativa (safra 1980/81)
(1) Cada caixa = 40,8 kg (média de 250 frutos)



ções do produto (ver Gráfico 2) e redução do consumo nos países industrializados da Europa Ocidental, teve agravada a sua situação, este ano, pela expectativa de uma super-safra norte-americana. Este fato obrigou a Cacex a rever seu esquema de comercialização do suco, no início de 1980. Deste modo, as exportações brasileiras foram fechadas durante o mês de maio, a fim de se decidir qual seria a forma mais adequada de garantir o escoamento do produto a preços remuneradores. O novo esquema de comercialização, praticado a partir do dia 4 de junho, determina um preço mínimo de exportação de US$ 900,00/t e o pagamento de uma quota de contribuição regressiva, ficando a exportação de suco isenta do Imposto de Exportação, que corresponde a 12% sobre o valor FOB, até dezembro de 1980, quando termina a cobrança da quota.

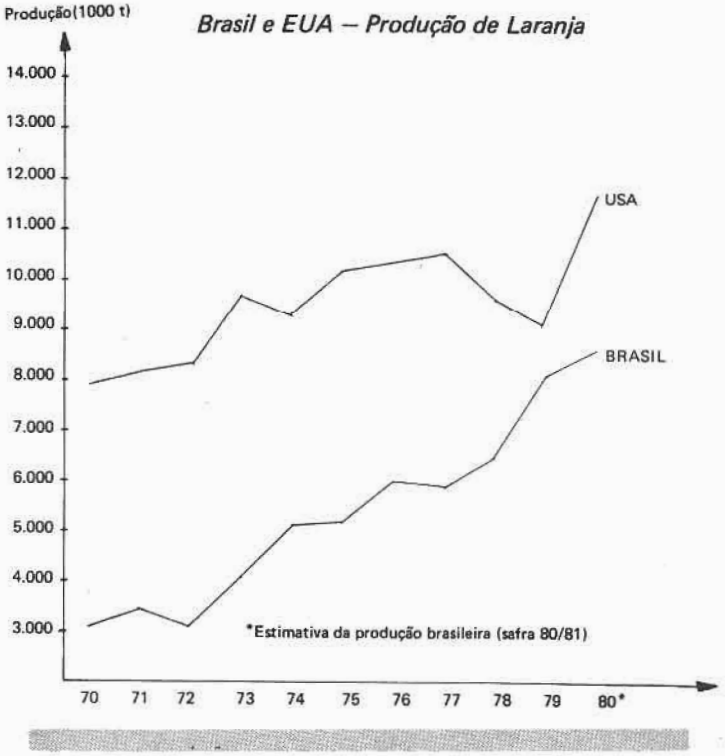
As perspectivas da produção dos EUA são boas, tendo em vista a faixa etária dos pomares e o fato de que a geada de março último, que poderá afetar a safra 1980/81, não teve grande influência na atual, pois grande parte da produção da Flórida já se encontrava colhida. Tudo dependerá, porém, da ocorrência ou não de fatores climáticos adversos, os quais têm sido freqüentes nos últimos anos. A inexistência destes, no entanto, terá como conseqüência safras excelentes, que suprirão o mercado interno totalmente e ainda deixarão um excedente para a exportação, o que afetará a posição ocupada pelo Brasil, no mercado internacional. O Gráfico 3 apresenta a evolução da produção nos dois países, principais produtores mundiais de laranja.

Alguns dados relativos aos resultados da colheita norte-americana são particularmente significativos. Os três principais estados americanos produtores de cítricos – Flórida, Califórnia e Arizona – tiveram suas produções de laranja incrementadas em 25%, 59% e 21%, respectivamente. Também o setor industrial vem apresentando um bom desempenho, absorvendo a oferta doméstica. O aumento da moagem de janeiro a maio de 1980, naquele país, foi de 30% em relação ao mesmo período do ano passado.

O grande incremento da produção na atual safra norte-americana deveu-se não só à não ocorrência de geadas que afetassem a safra mas, também, à entrada em produção de novos pomares.

GRÁFICO 3

Brasil e EUA – Produção de Laranja



O Quadro 2 permite verificar que, na verdade, os laranjais norte-americanos estão sofrendo recuos em sua extensão territorial, há cinco anos.

A citricultura norte-americana apresenta características bastante diferentes das da brasileira, tendo em vista que quase toda a produção de suco e frutas *in natura* destina-se ao abastecimento do mercado interno. As importações americanas de suco são geralmente feitas no sistema de *draw-back*, podendo sua produção interna ser considerada igual ao consumo. Esta situação lhe confere uma base sólida, na medida em que aumentos na produção serão absorvidos pelo seu mercado interno, independendo, dessa forma, do mercado mundial.

Por outro lado, no Brasil, a falta de um mercado consumidor interno para o suco aqui produzido, o que daria garantia de escoamento da produção, representa o fator negativo para o desenvolvimento do setor. O consumo interno de suco tem sido constante ao longo dos últimos anos — aproximadamente 20 mil t/ano — em virtude da oferta inadequada e deficiente e, ainda, pelo hábito alimentar do consumidor doméstico, voltado para a fruta *in natura*.

Algumas medidas para intensificar o consumo do suco internamente já foram tomadas, como o lançamento, em 1978, de uma campanha publicitária demonstrando as vantagens do consumo desse tipo de produto e o lançamento, pela Cutrale, do *Frusol* suco concentrado em embalagem tipo *longa vida*, que deverá chegar em breve aos principais centros urbanos.

Um fator de considerável importância para o desenvolvimento do setor citrícola no país é a tentativa dos exportadores de expandir as exportações brasileiras de laranja *in natura*, visto ser este um mercado com grande potencial de crescimento e no qual o Brasil participa atualmente com uma parcela muito pequena, aproximadamente 3% do total comercializado. Os principais importadores da fruta são os países da Europa Ocidental e do Oriente Médio. No entanto, a entrada do produto brasileiro nestes mercados será dificultada pela competição de seus principais fornecedores, como a Espanha, Marrocos, África do Sul, EUA e Israel que, devido à proximidade dos centros consumidores europeus e à qualidade de seus produtos, podem oferecê-los a preços inferiores aos

QUADRO 2

*EUA — Produção e Área Plantada de Cítricos**
Período 1969/70 — 1979/80

ANOS	PRODUÇÃO (1.000 t)	%	ÁREA PLANTADA (hectares)	%
1969/70	11.348	—	1.122,6	—
1970/71	11.919	5,0	1.180,8	5,2
1971/72	12.163	2,0	1.154,0	-2,3
1972/73	13.894	14,2	1.174,5	2,0
1973/74	13.412	-3,5	1.177,8	0,3
1974/75	14.586	8,8	1.181,3	0,3
1975/76	14.788	1,4	1.178,6	-0,2
1976/77	15.273	3,0	1.159,3	-1,6
1977/78	14.255	-6,5	1.140,1	-1,6
1978/79	13.306	-6,7	1.134,3	-0,5
1979/80	16.751	25,9	—	—

FONTE: Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).
* Laranja, limão e grapefruit

apresentados pelos exportadores aqui sediados.

O Brasil poderia aumentar sua participação neste mercado, suprindo os países do Hemisfério Norte na época de sua entressafra, que ocorre justamente quando estamos em pico de produção. Para que isto seja possível, é necessário que se aumente a oferta de frete marítimo e que se aprimorem os processos de seleção e de embalagem da fruta, uma vez que o consumidor estrangeiro dá muita importância à aparência do produto. Assim, diminuir-se-ia a dependência do setor agrícola em relação ao industrial e seria garantido o escoamento do excedente de produção. Nesse sentido, parece que já se obteve algum progresso em 1979, pois, além de ter ocorrido um aumento de 43% no volume exportado de laranja *in natura,* o produto brasileiro conseguiu chegar a novos mercados, como a Argentina, Kuwait e Canadá.

Isto parece indicar a conveniência de, nos próximos anos, procurarem-se mercados não tradicionais, para os produtos cítricos, uma vez que deverão entrar em produção no país, até 1985, mais 31 milhões de pés, com uma produção adicional equivalente a 100 milhões de caixas. Desta forma, a situação da citricultura brasileira poderá tornar-se crítica, se não houver uma expansão da demanda no conjunto de países importadores, tendo em vista que a taxa média anual de expansão da produção até aquele ano deverá ficar em torno de 7%.

É preciso explorar, também, as possibilidades de expansão do mercado interno, devido ao seu grande potencial. Neste sentido, é estimulante constatar que a oferta de frutas *in natura* nas principais cidades, no primeiro semestre de 1980, experimentou considerável aumento, calculando-se, para o período, um consumo médio de 42 milhões de caixas contra as 38 milhões de caixas consumidas nos primeiros seis meses de 1979.

Além do problema de escoamento, a citricultura brasileira passa por outro grave entrave ao seu desenvolvimento. Trata-se da expansão do cancro cítrico, contra o qual produtores, industriais e o governo devem unir-se, a nível nacional. O cancro que, no início, apareceu apenas no Paraná e na fronteira desse estado com São Paulo, já foi detectado também perto da zona nobre paulista e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, o apoio do Fundecitrus* merece destaque especial, na medida em que, graças aos recursos desse órgão, foi possível dar prosseguimento à campanha de pesquisa e erradicação da doença naquele estado. A falta de recursos, a negligência e o desconhecimento estão contribuindo de maneira decisiva para que esta doença se espalhe e fique cada vez mais difícil erradicá-la. Este é um dos problemas mais graves, se considerarmos que, além de prejudicar a exportação de frutas cítricas *in natura*, pelo receio de contaminação, ainda pode resultar na total destruição da citricultura, como já aconteceu na Argentina e no Japão, países que acreditaram poder conviver com o cancro.

A safra brasileira 1980/81 poderá alcançar 216 milhões de caixas, (ver Quadro 2), cabendo a São Paulo uma participação de 75%, com uma produção de 170 milhões de caixas. Destas, cerca de 130 milhões serão esmagadas pela indústria, resultando numa produção de aproximadamente 450 mil t de suco, das quais 270 mil t serão provavelmente exportadas ainda este ano. Somadas ao estoque remanescente de 70 mil t da safra passada, possibilitarão uma exportação total de 340 mil t. A receita cambial deverá ficar, portanto, em torno de US$ 315 milhões FOB, considerando-se um preço médio de exportação de US$ 925,00/t. O setor como um todo poderá render ao país cerca de US$ 400 milhões FOB, derivados da exportação de suco, frutas *in natura*, óleos essenciais e farelo de polpa cítrica.

Assim, o estoque remanescente da safra 1980/81 deverá chegar às 160 mil t, considerando o consumo interno na faixa de 20 mil t. O escoamento deste excedente irá depender principalmente da safra americana 1980/81, cuja estimativa será divulgada em outubro. Se for confirmada a quebra de aproximadamente 25% na produção, resultado da geada de março passado, é provável que o mercado internacional possa absorver o excedente brasileiro até maio de 1981. O problema ficaria adiado, então, para o ano seguinte, pois a safra brasileira 1981/82 deverá ser pelo menos 10% superior à atual, devido à composição etária dos pomares e ao fato de ser esta uma cultura permanente sobre a qual a influência de períodos críticos de mercado só se faz sentir a médio e longo prazos.

* Fundecitrus – Fundo de Desenvolvimento da Citricultura do Estado de São Paulo – recebe contribuições de produtores e industriais.

LEITE

Com o avanço da inflação e a conseqüente pressão sobre os custos da atividade leiteira, têm sido mais freqüentes os pedidos e os protestos da classe produtora, que examina até a possibilidade de boicotar as entregas de leite, pois vê com pessimismo a possibilidade de atendimento de suas reivindicações.

Mesmo sem levar a sério a ameaça de desativação total da produção interna, é forçoso reconhecer que o precário nível dos preços recebidos pelos pecuaristas tem resultado em desestímulo à produção, levando o país a buscar suprimento no mercado internacional. Assim, em 1980, serão importadas cerca de 50 mil t de leite em pó para reidratação, volume correspondente a 17% do total de leite pasteurizado processado em 1979. A meta inicial do governo era, no entanto, estocar um volume dessa ordem, a partir do excedente gerado no período da safra de 1980.

Não tendo ocorrido anormalidades climáticas que justificassem a retração na oferta, a remuneração dos produtores se constitui na variável de maior importância para o atendimento da queda de produção que se verifica no presente ano. Na verdade, para impedir que as despesas de produção pressionassem fortemente a receita, os pecuaristas teriam diminuído o uso de insumos modernos e, conseqüentemente, reduzido o volume de leite entregue às usinas de processamento.

Nessa perspectiva, o segmento moderno da produção de leite se diferencia do setor tradicional (de exploração quase extrativa) particularmente na utilização dos insumos requeridos pelo maior potencial produtivo dos animais. A atividade tradicional detêm um rebanho de qualidade inferior, ficando a produção de leite à mercê do maior desenvolvimento das pastagens na época das águas. Por outro lado, esse setor tem na relação de preços carne/leite o fator determinante para a oferta de leite e, não, os custos operacionais em si. A pecuária mista oferta leite sazonalmente, enquanto a exploração especializada apresenta um fluxo contínuo ao longo do ano, estando mais atrelada ao movimento geral da economia.

Na estrutura dos custos da atividade leiteira do país, a alimentação, variável primordial na configuração da produtividade dos animais, representa uma parcela significativa dos gastos. Parte dos alimentos (os concentrados protéicos e as rações) é adquirida no mercado, enquanto a outra parte, os volumosos (massa verde de que se alimenta o rebanho) é produzida dentro da propriedade rural. A primeira fração, por representar 40-50% dos desembolsos efetivos dos produtores, enquanto o volumoso produzido na fazenda estaria na faixa de 15-20% do total*.

A expressiva utilização quantitativa dos concentrados e das rações pode evidenciar que os produtores estariam substituindo alimentos volumosos (de preços muito mais baixos) por concentrados, elevando sobremaneira os custos operacionais da atividade. Tendo em vista as condições tecnológicas de produção de determinadas regiões, esse fato pode representar um desperdício de recursos, pois os resultados obtidos poderiam também ser alcançados com a simples utilização de volumosos. Na verdade, os concentrados são necessários quando a alimentação volumosa não mais consegue dar vazão ao potencial produtivo dos animais. Vacas de elevado padrão genético necessitam de uma complementação concentrada para transformar melhor a alimentação em leite. Esse maior uso de concentrados e rações em detrimento da forragem volumosa estaria evidenciando um sofrível desempenho das pastagens, mesmo com os altos investimentos realizados, na década passada, para a melhoria e implantação de pastagens. Assim, a capacidade de suporte dos pastos vem deixando a desejar, talvez em conseqüência de um manejo inadequado.

O comportamento do mercado de vacas leiteiras revela um certo desincentivo à produção lei-

*Estimativas do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo, para o Vale do Paraíba, na temporada 1979/80.

teira especializada. Nos períodos mais recentes, os animais de produção diária superior a 10 litros apresentam uma evolução de preços menos atraente do que os animais de ***performance*** inferior (ver Gráfico 1). Desde há pouco mais de dois anos, nota-se que os preços das vacas que produzem entre 5 e 10 litros/dia revelam, em termos médios, uma certa constância. Os animais de produtividade superior a 10 litros/dia mostram uma trajetória de baixa de preços. O gráfico demonstra, ainda, que os animais de baixa produção diária apresentam uma evolução positiva de preços. Em parte, tal fato decorre da influência dos preços do mercado de carne, pois os referidos animais são provenientes de um rebanho de finalidade mista, de corte e leite.

As conseqüências da retração da oferta são mais acentuadas para o leite pasteurizado de consumo direto, que corresponde a cerca da metade do processamento sob inspeção federal. A outra metade (queijos, leite em pó, iogurtes, etc.) tem representado uma forte concorrência ao produto destinado ao consumo direto, principalmente quando o mercado de derivados desfruta de um controle de preços menos severo. A atratividade dos preços dos derivados resulta sempre em graves crises de abastecimento do produto *in natura*, quando se enfrenta uma retração na oferta de leite pasteurizado, como se verifica atualmente. Além disso, os desacertos das decisões que envolvem o segmento de produção forçaram a queda na qualidade do leite pasteurizado, seja através do mecanismo de reidratação ou pela redução do teor de gordura. O leite C com 3% de gordura (que seria o produto normal) foi, gradativamente, perdendo participação relativa no total de leite pasteurizado.

A oferta de leite pasteurizado guarda uma relação com o comportamento dos preços reais pagos ao produtor na medida em que esse influi na produção da matéria-prima. Se a produção de leite cresce, há matéria-prima suficiente para a expansão da produção de derivados (queijos, leite em pó, iogurtes, etc.) e de leite pasteurizado. Se a produção de matéria-prima permanece constante, ou tem uma pequena taxa de crescimento, há um maior interesse para a produção de derivados, cujo controle de preços é mais brando. Por exemplo, no período outubro de 1974 a julho de 1978, os preços do queijo prato (o tipo mais consumido) e do leite em pó tiveram uma elevação real de 17%, enquanto o leite tipo C tinha um acréscimo de 0% (preços a nível de varejo para São Paulo — dados do IEA) como resultado dos controles de preços.

No período de 1973 a 1975, o preço real pago ao produtor deu um salto de 36,1%. A produção deve ter respondido a esse estímulo. E os dados para a produção sob inspeção federal mostram os seguintes aumentos nos volumes produzidos: queijos (quatro principais tipos) +33%; leite em pó, +75% e leite pasteurizado, +54%. Esse período foi caracterizado, também, por uma extensão do processo de pasteurização a cidades do interior, o que justifica parte do salto da produção pasteurizada de 1,61 bilhão de litros, em 1973, para 2,48 bilhões de litros, em 1975.

No período seguinte, de 1975 a 1978, os preços não foram atrativos, pois aumentaram apenas 1,5%, em termos reais. E a produção sob inspeção federal mostrou evolução de 33% para os queijos;42% para o leite em pó e 3,6% para o leite pasteurizado, caracterizando um maior desvio do produto *in natura* para a fabricação de derivados.

A análise dos sucessivos reajustes dos preços do leite pode ser feita através do Gráfico 2, onde são apresentados os índices de preços reais dos reajustes. Percebe-se, assim, uma escalada de maio de 1972 a agosto de 1975 e, a partir dessa época, um comportamento fortemente oscilante. Nesse sentido, é bom notar que os reajustes recentes ficaram rapidamente defasados, em função da aceleração do processo inflacionário. Cada reajuste rdsultante da pressão dos produtores perde o valor, em termos reais, pouco tempo depois.

Essa forma de reajustes tem gerado uma inquietação constante na classe produtora. Atualmente, a evolução da inflação vem corroendo o preço reajustado no primeiro semestre, corrosão que poderá representar em novembro próximo, à entrada da safra, uma perda de mais de 30% em relação ao valor real de abril último. Como os preços influem decisivamente na oferta do produto, preocupa o fato de se mostrarem defasados logo no início da safra, o que poderá resultar em conseqüências negativas para a produção futura. Is-

GRÁFICO 1

São Paulo: Evolução do Índice Real[1] de Preços de Vacas Leiteiras por Nível de Produtividade (l/dia)



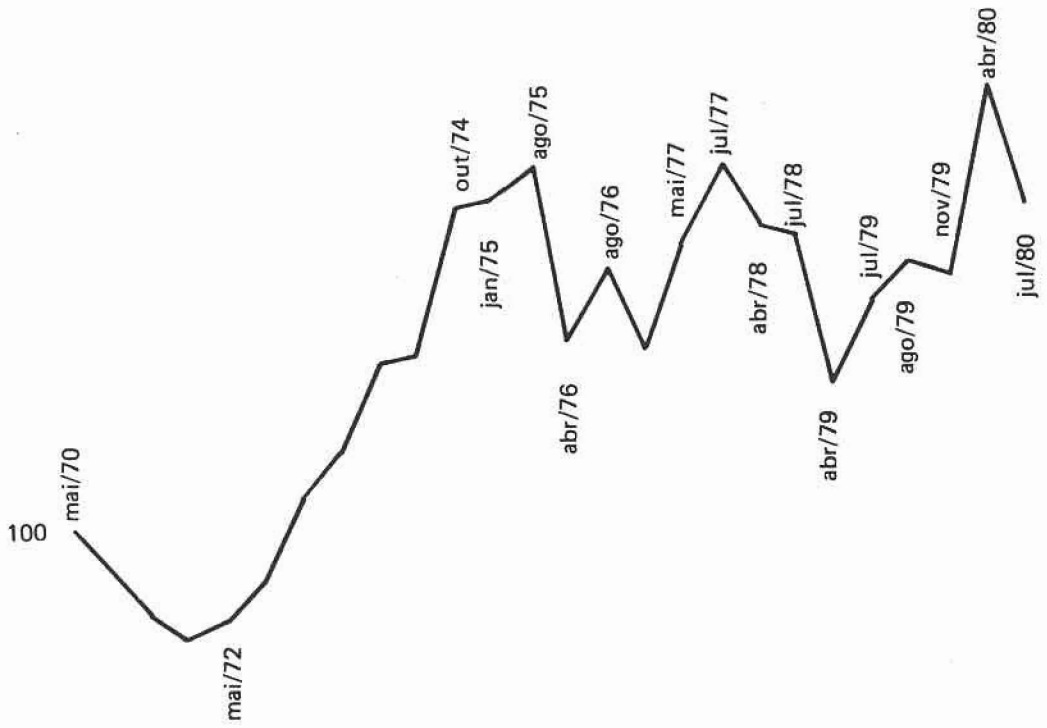
1 Valores atualizados para maio de 1980 pelo IGP — Col. 2 de Conjuntura Econômica
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (SP)

to porque, excluindo o fator clima, o comportamento da produção será resultante dos reajustes de preços e do volume de crédito prometido ao setor, quando dos entendimentos entre o governo e os produtores, no início do ano. Adicionalmente, com o mercado de carne bovina entrando em baixa, tornar-se-á possível uma relação de preços carne/leite que favoreça a produção de leite.

A interferência governamental ofertando crédito, não se sabe a que volume, sem a criação de mecanismos de estabilidade dos preços de mercado, pode ser questionada. Os investimentos garantem um potencial de produção que só será realmente efetivado se o mercado for atrativo. Por isso mesmo, embora o crédito possa levar o pecuarista a adquirir melhores animais, não garante o total aproveitamento desse rebanho, que se dará em função de uma garantia da lucratividade da exploração. Dessa forma, os desacertos porque passa a política para o setor leiteiro só fazem adiar a concretização de um desempenho capaz de fixar a produtividade num nível que satisfaça os interesses do produtor e que permita, também, oferecer um produto menos oneroso à população.

GRÁFICO 2

Índice do Valor Real[1] dos Reajustes Concedidos ao Produtor de Leite
(maio de 1970 = 100)



1 Valores corrigidos pelo IGP — Col. 2 de Conjuntura Econômica.
Fonte: SUNAB.

SUINOCULTURA

Dentre os segmentos pecuários mais importantes do país, a suinocultura destaca-se como aquele que mais deficiências apresenta, não só em sua estrutura de produção, como também na estrutura de comercialização. Tais deficiências, que vêm de longa data e que derivam, até certo ponto, do atraso tecnológico que continua a caracterizar grande parte das atividades agropecuárias no Brasil, não têm sido combatidas de modo eficaz. Assim, prejudicam tanto os produtores (através da instabilidade que, ultimamente, caracterizou os preços recebidos pelo suíno vivo) quanto os consumidores (através dos altos preços alcançados pela carne de porco no varejo).

O rebanho suíno nacional, em decorrência das crises sofridas pelo setor em 1976 e em 1978, sofreu significativa retração, no período 1976/79, em relação aos cinco primeiros anos da década. Deste modo, das 39,2 milhões de cabeças que constituíram a média do rebanho, no período 1971/75, passou-se a 36,6 milhões no período 1976/79. Ou seja, uma retração da ordem de 6,6%, enquanto o rebanho mundial (excluindo-se a República Popular da China) evoluía em 1%.

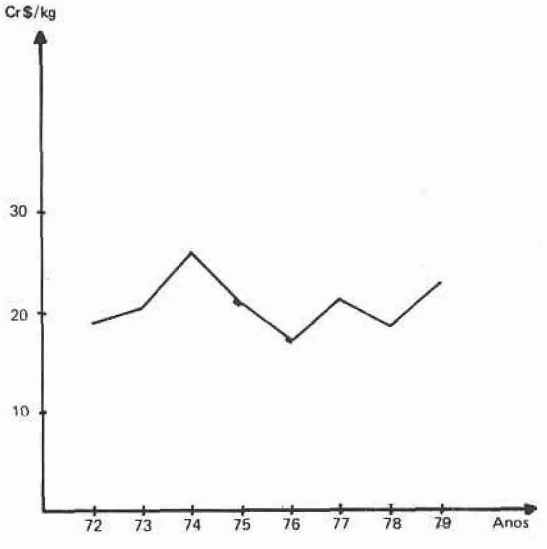
A crise verificada no setor suinícola em 1976 foi, em última instância, uma decorrência do acirramento da competição exercida pela carne bovina, em razão de aquele ano ter-se inserido no período de baixa do ciclo pecuário. Em 1976, o preço real pago ao produtor do boi gordo representava apenas 73,9% do preço registrado em 1974. Isto provocou um abate indiscriminado de matrizes suínas, o qual só veio a ser compensado no ano seguinte, quando, a despeito da continuação dos baixos preços da carne bovina, a queda de 21,6% no preço real do milho (devido à safra 8% superior, em volume, à precedente) possibilitou à suinocultura o retorno a padrões considerados *"normais"*, pelo setor.

No entanto, em 1978, o surto de peste suína africana levou a um abate elevado de animais, estimando-se que tenham sido mortos perto de 15,7 milhões de suínos, num acréscimo de 26% sobre o verificado no ano anterior. A represssão ao tráfego interestadual de suínos vivos, com vistas a evitar-se a irradiação da doença, pressionou negativamente os preços em nível de produtor, o qual, por sua vez, já se debatia em meio a uma menor disponibilidade de milho, cujos preços elevaram-se, naquele ano, 10%, em valor real, em relação aos do ano anterior. Em conseqüência, o preço médio real obtido pelos suinocultores sulistas pelo quilograma do animal vivo, como pode ser visto no Gráfico 1, voltou a se situar em níveis próximos àqueles registrados em 1976, recuperando-se, posteriormente, em 1979.

As marchas e contramarchas que, desde meados da década de 70, a suinocultura vem apresentando em seu desenvolvimento, têm sido reforçadas pela dificuldade de penetração que tem a carne de porco junto ao mercado consumidor dos grandes centros urbanos, devido a seu preço elevado. Este,

GRÁFICO 1

Preços Médios Anuais Reais[1] Recebidos pelos Suinocultores pelo kg do Suíno para Corte



1 Deflacionado de acordo com o IGP — Col. 2 de Conjuntura Econômica para 1979.
Fonte dos Dados Brutos: CEA-FGV.

QUADRO 1

Brasil e Santa Catarina — Índices de Produção e de Produtividade — 1977/78

Item	Brasil	Sta. Catarina
Desfrute (%)	56	168
Peso médio carcaça	67	75
Leitões/parto	5 a 7	9,7
Leitões desmamados/parto	3 a 5	8
Idade de desmame (dias)	50-60	42
Mortalidade (%)	20-30	15
Peso abate (kg vivo)	80-90	95
Nº partos porca/ano	1-1,5	1,8/2,2
Idade de abate (meses)	8-12	5/6
Conversão alimentar/kg	5	3,5

Fontes: IBGE/FAO/CEPA-SC.

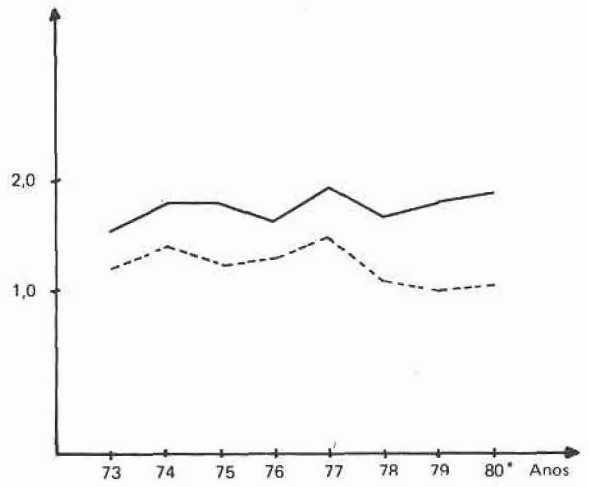
por sua vez, é decorrente da precariedade desta exploração pecuária, que se manifesta desde a composição racial do rebanho, até a comercialização do produto final.

Contudo, melhorias tecnológicas na suinocultura brasileira, conquanto ainda incipientes, oferecem uma chance de desenvolvimento para o setor, uma vez que, por seu intermédio, será possível tornar lucrativa esta atividade. Tal afirmativa pode ser verificada através da comparação da produtividade alcançada em Santa Catarina, estado em que a suinocultura utiliza técnicas mais avançadas, com a do resto do Brasil. Os dados obtidos junto a produtores integrados a projetos industriais ou assistidos pelo sistema de extensão rural e compilados pela ACARESC, em 1977/78, são apresentados no Quadro 1. No entanto, mesmo em Santa Catarina, as técnicas modernas são utilizadas por um número reduzido de criadores. Naquele estado, em 1975, dos 164 mil criadores de suínos existentes, somente 4,9% recebiam assistência técnica. Também em Santa Catarina, de acordo com trabalho elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisas de Suínos e Aves da EMBRAPA, em 1979, as características gerais da produção de suínos indicavam que a maioria dos criadores de ciclo completo não realizava testes sorológicos de brucelose, nem vacinava os animais contra paratifo, além de executarem o combate aos vermes com freqüência inferior à ideal.

Por ser atividade levada a cabo sobretudo em minifúndios e, associada ao cultivo do milho, a suinocultura brasileira sofre influência das boas ou más safras do cereal. Simultaneamente, enfrenta a concorrência cada vez mais acirrada das carnes avícola e bovina, sendo que, desde meados da década de 70, o preço relativo carne suína/frango, no varejo de São Paulo, tem-se situado em valores próximos de 2,0. Também o preço relativo carne suína/carne bovina demonstra o pequeno poder de competitividade que possui a carne de porco fresca, agravada, neste caso específico, pela preferência do consumidor pela carne bovina. O Gráfico 2 retrata estas duas situações. Observe-se que, em nenhum dos anos estudados, o preço relativo carne suína/carne bovina atingiu valor inferior à unidade.

GRÁFICO 2

São Paulo — Preços Relativos no Varejo Carne Suína/Frango e Carne Suína/Carne Bovina 1973 a maio de 1980



Fonte dos Dados Brutos: IEA.

QUADRO 2

Brasil – Produção Per Capita de Carnes Bovina, Avícola e Suinícola (kg/hab) 1970-1979

Ano	Carne Bovina	Carne Avícola	Carne Suinícola
1970	22,2	2,3	7,6
1971	22,3	2,3	7,8
1972	22,8	3,0	7,1
1973	23,2	4,0	7,9
1974	24,0	4,2	7,6
1975	24,5	4,5	8,8
1976	23,1	5,0	9,6
1977	22,8	6,1	8,8
1978	22,1	7,4	8,6
1979	23,3	8,4	7,5

Fontes: UBA, FJP/GIA, MA, IBGE.

Além do preço desfavorável, a demanda pela carne suína não se expande devido a alguns preconceitos, principalmente quanto ao seu teor de gordura. Por essa razão, o consumo urbano deste tipo de carne não chega a atingir os mesmos níveis observados pelas carnes bovina e avícola. Contribui, ainda, para isso, a má utilização dos sistemas de frigorificação das redes distribuidoras varejistas nos grandes centros urbanos que, repetidamente, leva à conservação inadequada dos produtos, prejudicando-lhes a imagem junto ao consumidor.

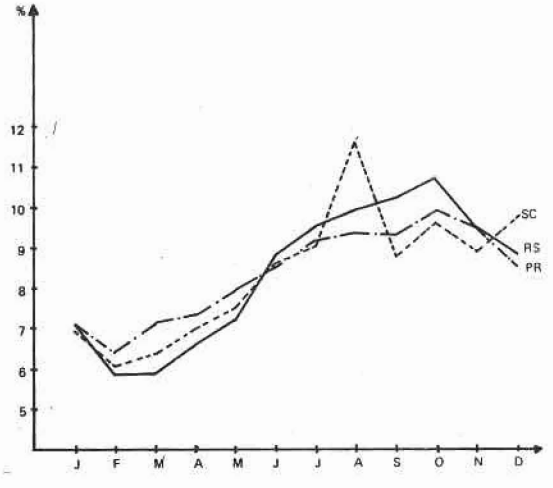
A grosso modo, pode-se acompanhar, através da produção ***per capita*** das diversas carnes, a evolução da disponibilidade deste produto (Quadro 2). Ressalte-se, no entanto, que a mensuração da produção total de carne suína ainda incorre em diversas falhas, por desconsiderar grande parte do auto-consumo, largamente observado no interior do país.

Subsistindo, à semelhança da avicultura, como atividade produtora de um bem substituto da carne bovina, a suinocultura brasileira apresenta, em conseqüência, uma sazonalidade, nos abates dos animais terminados, que se concentra fortemente no segundo semestre, época da entressafra bovina. Conforme assinala o Gráfico 3, entre 1970 e 1977, nos estados do Sul do Brasil, a maior parte dos abates de suínos sob inspeção federal ocorreu no período de junho a dezembro. Esta sazonalidade é reforçada pelo fato de a colheita de milho no Centro-Sul iniciar-se em março/abril. Sintomaticamente, de acordo com o trabalho da EMBRAPA anteriormente citado, mais de 69% dos suinocultores catarinenses entrevistados costumam adquirir o milho na safra.

É de se esperar que, à medida que a carne suína consiga conquistar e manter novas parcelas do mercado consumidor de carnes, essa concentração dos abates no segundo semestre venha a se diluir, aumentando o poder de barganha dos criadores, atualmente limitado não só pelo pequeno número de compradores do animal terminado como, também, pela intermediação, ainda existente. Para que isto ocorra, será necessário o aperfeiçoa-

GRÁFICO 3

Paraná, Rio Grande do Sul e Sta. Catarina – Distribuição Mensal Percentual dos Abates de Suínos sob Inspeção Federal – 1970/77



Fonte dos Dados Brutos: MA/SIPA.

mento da rede de armazenagem a frio existente no país, pois a incapacidade de absorção, por parte da rede armazenadora a frio, da grande quantidade de carne suína colocada no mercado no segundo semestre, não só prejudica a boa conservação do produto, como também refreia a expansão da capacidade de abate existente no país.

No entanto, o aumento do consumo de carne suinícola só poderá dar-se, a curto prazo, via estímulo de preços, a partir de uma elevada expansão da quantidade produzida. Paralelamente, será necessário aumentar a participação dos abates sob inspeção federal, único modo de proceder-se à melhoria de qualidade do produto. Os valores expressos no Quadro 3 mostram que vem aumentando rapidamente o percentual da produção de carne inspecionada sobre o total dos abates estimados, para o país.

Está prevista, para o ano em curso, uma produção total de carne suína próxima a 1,0/1,1 milhão de t (um aumento médio de 17% sobre o total estimado para 1979) das quais, certamente, menos de 50% corresponderão a produto proveniente de abates fiscalizados. Contudo, o aperto previsto na oferta nacional de milho poderá atuar como fator limitante à consecução deste objetivo. Além disto, o conseqüente aumento esperado para o preço da carne suína prejudicará sensivelmente qualquer tentativa de expansão do consumo. Paralelamente, tudo indica que a competição nos mercados produtores de carnes tornar-se-á cada vez mais acirrada, à medida que o ciclo pecuário entrar em fase baixista dos preços e que a avicultura procurar expandir o seu mercado. Considerando-se o fato de que a carne bovina é a de maior preferência pelos consumidores e a avícola a de menor preço, poucos trunfos restariam à carne suína para que seu consumo fosse popularizado, dando início a um processo de aumento da capacidade produtiva.

QUADRO 3

Brasil — Produção de Carne Suína, Total e Sob Inspeção Federal 1970-1979 — (t)

Ano	Produção Total(a)	Produção SIF(b)	b/a
1970	705.100	88.967	0.13
1971	750.200	83.811	0.11
1972	699.500	98.140	0.14
1973	805.200	133.263	0.17
1974	787.600	138.465	0.18
1975	942.700	167.352	0.18
1976	1.059.700	188.304	0.18
1977	1.000.000	180.326	0.18
1978	1.000.000	264.486	0.27
1979	900.000	320.000	0.36

Fontes: SIPA e MA.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

DE 14/8 A 27/8

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Produção Nominal de Futuros 80 out	80 dez	81 fev	81 abr	81 jun	81 ago	81 out	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Unicom	-68%	-8%	31,78 (set)			+ 4%			- 4%			– Rumor de compras volumosas da China contrabalança efeito de notícias de grande oferta de açúcar por parte da C.E.E. – Estimativa da F.O. Licht de 28,44 milhões de t para safra 80/81 na Europa corresponde às expectativas, mantendo os preços estáveis.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fonte: Unicom	-16%	-7%	87,15			+ 3%			- 7%			Chuvas excessivas debilitam a safra chinesa. Seca persistente no Texas (maior região produtora) podem reduzir ainda mais a estimativa de safra norte-americana, já inferior em 12% à do ano passado.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Unicom	+57%	+13%	93,64 (set)			+ 5%			+ 16%			Mercado à espera de uma definição mais clara de possíveis fatores de alta ou de baixa.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Unicom	+69%	+19%	136,63 (set)			+ 8%			+ 13%			Estoques em mãos de industriais estão muito reduzidos. No entanto, ainda é possível que as cotações continuem a declinar pois as compras vêm sendo feitas em pequenas quantidades.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Produção Nominal de Futuros 80 out	80 dez	81 fev	81 abr	81 jun	81 ago	81 out	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Unicom	-2%	-6%	322,12		+7%				+7%		➡	– Produção norte-americana deverá alcançar 169 milhões de t, 14,4% inferior à safra passada. – Incremento na demanda externa pelo produto dos EUA.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Unicom	+13%	0%	721,95		+4%				+11%		➡	– Intensificação das exportações brasileiras. – Melhora do clima nos EUA pode evitar maiores perdas na safra daquele país.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fonte: Unicom	+4%	-8%	207,53		+3%				+10%		➡	Disponibilidades brasileiras e perspectivas de algum retraimento na demanda em 1980/81 poderão compensar os efeitos da seca norte-americana.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte:Unicom	+16%	+1%	415,50		+8%				+20%		➡	– Maiores importações por parte da China. – Acirrada disputa de mercado entre os países produtores-exportadores.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI

Agroanalysis, 4(9): 40-45, setembro/1980

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-8%	+3%	1.200,00	→	Firmeza dos tipos nordestinos e reinício das compras das indústrias podem elevar nominalmente os preços.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+5%	+8%	1.403,00	→	– Comercialização sem problemas. – Possibilidade de ligeira alta nominal no atacado, refletindo elevação dos preços pagos aos produtores.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+20%	0%	4.900,00	→	Pequena procura por café de qualidade exportável deverá conter crescimento do preço interno.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	+29%	+5%	1.400,00	→	Expectativa de que as próximas cotações cresçam mais que os índices da inflação, o que não ocorreu no último mês.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

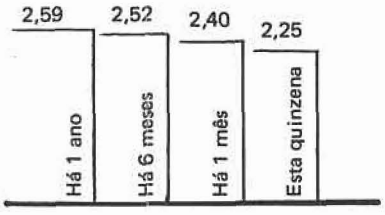
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-44%	-1%	2.670,00	↘	Pequena disponibilidade dos feijões de cores, deverá incentivar o aumento das cotações. Oferta do feijão preto importado poderá contribuir para a desova de eventuais estoques da variedade.
FRANGO AVivolo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	+24%	-8%	39,30	↘	Mercado em alta sazonal.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-37%	+3%	466,00	↘	Pressão de demanda eleva os preços.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+39%	+2%	654,50	↘	Intensificação das exportações poderá aquecer a demanda pelo restante da safra, ainda não adquirido pela indústria.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

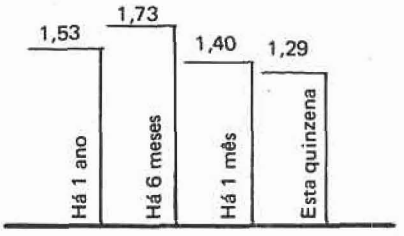
Agroanalysis, 4(9): 40-45, setembro/1980

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

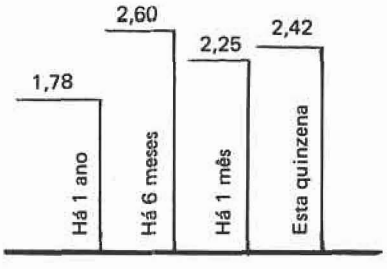
Soja / Milho



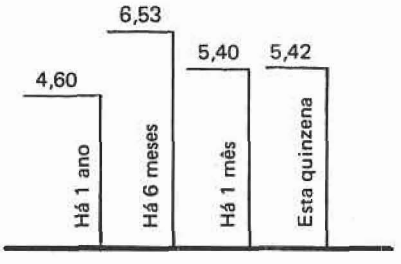
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

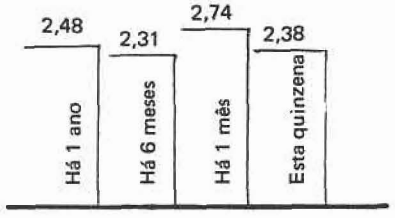


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

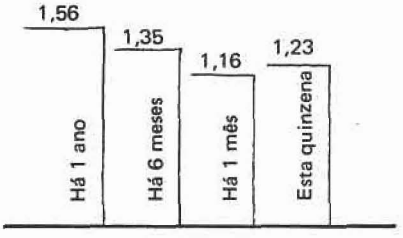
NOTA: A seca na China e nos EUA e o aperto nos estoques iniciais da safra 80/81 são os principais responsáveis pela persistente elevação da cotação do algodão nos últimos dias,já tendo ultrapassado 90 cents/lb. Por seu turno, a cotação da soja permaneceu, em média, estável, em que pese o produto também ter sido atingido pela seca nos EUA. Em conseqüência, o preço relativo algodão/soja elevou-se 7,6% em relação ao mês anterior, aproximando-se do nível alcançado há 6 meses. *** A seca nos EUA, tendo importado em redução de 28 milhões de t na produção do milho naquele país, coloca-se como a causa da elevação de 7,2% registrada na cotação do cereal esta quinzena, frente à de há um mês. Este aumento acompanhou de perto o do algodão (7,6%) para o mesmo período, ficando, pois, o preço relativo algodão/milho desta quinzena, praticamente inalterado. *** A produção norte-americana de trigo, superior em 8% à de 1979, pode ser considerada fator de estabilidade atual do preço do cereal, embora 5,2% inferior, esta quinzena, ao de seis meses atrás. Como conseqüência, o preço relativo trigo/milho é inferior, em 25,4%, ao de seis meses atrás e, em 7,9%, ao de há um mês. *** A estabilidade do preço da soja e a elevação do preço do milho diminuíram seu preço relativo em 6,2%, nesta quinzena, em comparação com o mês anterior.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

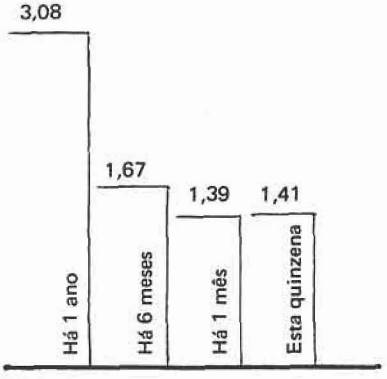
Boi Gordo / Frango Vivo



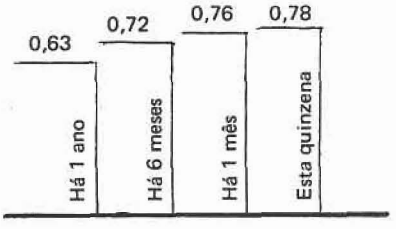
Frango Vivo / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Acompanhando as elevações de preço da carne bovina, que atravessa um período de entressafra, a cotação do frango vivo vem-se elevando, o que permite aos avicultores se recuperarem dos prejuízos do primeiro semestre. Nesta quinzena, a relação de preços boi gordo/frango vivo se encontra 13,1% inferior à do mês anterior. A razão disto é ter o preço do frango subido em maior proporção que o da carne bovina (18,5% contra 3%). *** O crescimento do setor avícola, exigindo grande suprimento de matérias-primas, responde, na atual situação de relativa escassez de milho, pela grande pressão de demanda sobre a indústria de rações, razão pela qual o preço destas últimas vem-se elevando (11,3% maior, nesta quinzena, em comparação com o do mês anterior). O preço relativo frango/ração é, ainda assim, superior em 6% ao de um mês atrás, visto ter o preço do frango subido em proporção maior (18,5%). *** O mercado atacadista de feijão continua em alta. A quebra da safra 79/80 – que tornou a oferta insuficiente – prejudicou principalmente o feijão preto, cuja participação no total da safra passou dos usuais 30% para 26%, o que se reflete nas elevações do preço: após a queda do tabelamento, a cotação do feijão preto tem-se elevado constantemente e, em relação ao mês anterior, experimentou alta mais que proporcional à do feijão de cor (9% contra 6,4%). Como conseqüência, o preço relativo feijão preto/feijão de cores, elevou-se, esta quinzena, 2,6% em comparação com o de há um mês. *** A relação de preços soja/milho desta quinzena não se alterou substancialmente,se comparada a do mês anterior (1,4% superior). As cotações dos dois produtos têm-se elevado: a da soja como reflexo da alta de preços no mercado internacional e pequena disponibilidade a nível interno; a do milho devido à escassez no mercado doméstico.

Impresso na 
COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO, 128
TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 266–1512
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – R J

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor, em exercício: Janes Angelo de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Antônio Carlos Lemgruber